



Exclusivo:
Presos políticos
no cara a cara
com o AI-5.



EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ano 2 — Nº 41 — 11 A 17 DE DEZEMBRO DE 1978

AI-5: O TERROR QUE VIROU LEI.

1968 — 1978
Dez anos de
arbitrio

No próximo dia 13 de dezembro, completa dez anos o Ato Institucional nº 5 — o AI-5 —, baixado durante o governo do marechal Costa e Silva, para servir de suporte legal à repressão desenfreada e ao terror contra todo tipo de oposição ao regime militar. De imediato, a medida implicou no fechamento do Congresso Nacional, em cassações, inúmeras prisões, aposentadorias compulsórias e outras violências e arbitrariedades. Ao longo desta década, o AI-5 foi usado permanentemente contra os movimentos populares, dando aos generais — presidentes poderes ditatoriais para garantir a ordem de exploração e da opressão. Como a esquerda brasileira enfrentou o AI-5? Ela previa a hipótese do golpe dentro do golpe em 1968? Que tipo de influência teve o AI-5 sobre a atuação de várias organizações de esquerda? Depoimentos de Jacob Gorender, Florestan Fernandes e José Genoino Neto. Págs. 5, 6 e 7.



**Ditador Somoza:
onde está a saída?**

**Já sofreu seu acidente
de trabalho hoje?**

Denúncia em Santo André: uma fábrica metalúrgica mutila cerca de 60 operários por ano, as prensas engolem e decepam os dedos.

Em Belo Horizonte, um prédio desmorona e um carpinteiro que estava na sétima lage, morre nos escombros. No Rio, um pavilhão comercial na Barra da Tijuca, um bloco de 2.400 toneladas desaba, quando cerca de 300 pessoas trabalhavam — no primeiro dia de remoção, ainda era difícil avaliar o número de mortos.

Na página 12, acidente de trabalho é tema de duas reportagens.

Rio e São Paulo

**Bancários:
hora e vez
da oposição
sindical.**

Pág. 4

PRESOS E TORTURADOS

ANDRE TEIXEIRA	estudante
ARTUR OBINO	engenheiro
CLAUDIO ROQUETE	estudante
ELSA LIANZA	engenheira
ERROL PESSANHA	bancário
FERNANDA CARÍSIO	bancária
FRANKLIN COELHO	engenheiro
FREDERICO FALCÃO	estudante
IGNACIO GUARACY	metalúrgico
IVAN VALENTE	engenheiro
JORGE MELLO	jornalista
JOSE PIRES	estudante
JOSE MENDES	médico
LUIS ARNALDO CAMPOS	jornalista
MARIA CECILIA WETTEN	professora
MARIA DE FATIMA PEREIRA	médica
SIDNEY LIANZA	engenheiro

ANISTIA, AMPLA, GERAL E IRRESTRITA

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA/AB

**POR DEFENDEREM O
MOVIMENTO POPULAR**

JULGAMENTO: 12 DE DEZ: 9 HS.
1ª AUD. AEOR. AV. CHURCHIL 157

PELA ANULAÇÃO DE TODOS
OS PROCESSOS POLÍTICOS

No dia 12, a 1ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio, julga as dezessete pessoas acusadas pelo governo como «subversivas» por participarem do Movimento pela Emancipação do Proletariado, MEP. Este é o cartaz que está sendo divulgado amplamente no Rio, denunciando mais este atentado contra a liberdade de organização e expressão.

Pesquisas de Bolívar Lamounier:

**Voto: o recado
do povo exige
mudanças!**

Pág. 3

Análise de Getúlio Bittencourt

**A Arena deu
no que deu**

Pág. 3

Henfil:



Denúncias contra a ditadura uruguaia e seus aliados

Um prédio cinzento com um riacho na frente. Com essas palavras o menino Camilo, filho da uruguaia Lilian Celiberti Casariego descreveu o local onde esteve preso juntamente com sua mãe, sua irmã Francesca de três anos e o estudante de medicina Ursino Rodrigues Ordaz, depois do sequestro do dia 17 último.

Depois dessa declaração, o governador Sinval Guazelli manifestou-se a favor de uma sindicância grossa dos primeiros aos últimos escalões da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande e determinou ao Secretário que apurasse o envolvimento da polícia no sequestro.

Dias depois, uma foto do prédio da Secretaria da Segurança Pública onde funciona também o DOPS gaúcho, foi mostrada ao garoto pelo jornalista Tomas Pereira da «Folha de São Paulo». Não causou nenhuma surpresa que o garoto identificasse na foto o local para onde fora levado após o sequestro. O que espanta é o fato do secretário contrariando a determinação do governador.

Enquanto o advogado da família, Omar Ferri, e a imprensa lutam para que o sequestro do casal uruguaio se torne um caso diplomático e não acabe em «suicídio na banheira», dezenas de uruguaio presos ou desaparecidos continuam sem nenhuma esperança.

Um informe especial do Secretariado Internacional de juristas pela Anistia no Uruguai relaciona o sequestro de Lilian e Ursino com a escalada repressiva desencadeada dia 2 de novembro pelo regime civil militar uruguaio, quando foram presos o senador Horacio Polha Lopes Balestra, dirigente do Partido Nacional (Bianco), acusados de distribuir boletins que denunciavam arbitrariedades policiais. Adolfo Drescher, dirigente do Sindicato dos Bancários e militante do Partido Comunista do Uruguai que distribuía A Carta, uma publicação clandestina. 30 pessoas que tinham em mãos um exemplar de **Companero**, boletim do Partido por la Victoria del Pueblo. O informe confirma outros dados já conhecidos como os seis mil presos políticos do Uruguai, mais do dobro do que o governo admite (2.800). Os 10.000 perseguidos políticos, as 100 pessoas que morreram em consequência de torturas e os 26 sequestros ocorridos só em Buenos Aires.

Tomara que o Secretário da Segurança do Rio Grande do Sul obedeça os ordens do governador Sinval Guazelli e seja imitado pelos seus colegas uruguaio. Para que o caso Lilian e Ursino não sirva apenas para enfiar o ja tão caudaloso informe dos juristas pela Anistia do Uruguai.

No Sul meteram a mão na urna

A primeira fraude eleitoral no Rio Grande do Sul, desde 1923, ocorreu durante a contagem dos votos das eleições de 15 de novembro nos municípios de Guapore, Anta Gorda e Serafina Correia. Os votos brancos se transformaram na hora do mapeamento em votos favoráveis a dois candidatos arenistas: Carlos Chiarelli, deputado federal eleito, e Francisco Spindorelli, deputado estadual eleito. Os beneficiados negam conhecer o principal suspeito da fraude o cabo eleitoral Pedro Muller, que parece ter usado estranhos recursos para tentar despistar eventuais investigações. Quase duas dezenas de candidatos, tanto da Arena como do MDB, tiveram sua votação alterada, com um ou dois votos a mais, e, as vezes, a menos.

Indignado com a ocorrência desta fraude, o Tribunal Regional Eleitoral imediatamente determinou a recontagem dos votos e retificou os resultados. Agora, a Polícia

Federal prossegue as investigações para determinar e acusar os responsáveis, que poderão sofrer uma pena de cinco anos de prisão, como determina o Código Penal Eleitoral.

Apesar desta fraude não ter mudado basicamente os resultados finais, que foram alterados em cerca de apenas 450 votos, o simples fato de ter ocorrido esta irregularidade foi suficiente para criar um clima de desconfiança sobre o processo eleitoral. Afinal, a última manipulação de votos, conhecida, e de responsabilidade do governador Antonio Augusto Borges de Medeiros. Em 1923, quando a Comissão da Assembleia Legislativa o procurou para entregar-lhe as atas da eleição, ele disse, com desembaraço: «Ja sei, vocês vieram trazer a notícia de minha vitória». Imediatamente, a Comissão retornou a Assembleia e modificou as atas que davam a vitória ao candidato oposicionista.

A luta pela libertação de Flávia

FLÁVIA SCHILLING, presa e torturada no Uruguai há seis anos será submetida a uma operação no útero pelas forças repressivas daquele país. A jovem gaúcha, alvejada a queima-roupa nas ruas de Montevidéu por um oficial do país vizinho, esteve a beira da morte nos seus primeiros meses de prisão. Até hoje, Flávia não pode receber a visita dos seus familiares, nem de advogados ou médicos. Depois de intensa campanha de opinião pública, os diversos organismos brasi-

leiros que lutam pela anistia, pelo desmantelamento dos órgãos de repressão e pelo julgamento e punição dos responsáveis pelo terror político, conseguiram há duas semanas, que o cônsul brasileiro na capital uruguaia se entrevistasse com a jovem por duas horas para constatar pelo menos que ela está viva.

Apesar das torturas, dos trabalhos forçados, da asma e da gastrite. O Movimento Feminino pela Anistia do RGS e o Comitê Brasileiro da Anistia (Seção RGS), juntamente

com o advogado Decio Freitas, contratado pela família de Flávia, têm-se manifestado constantemente na esperança de que a divulgação desses atos de arbitrio contribua para a libertação de Flávia.

Chegou a hora do Governo brasileiro assumir também a sua responsabilidade e exigir dos uruguaio que libertem Flávia Schilling desse campo de concentração em que as forças racionárias transformaram a antiga «Suíça da América Latina».



Em Porto Alegre o Encontro das Vilas

«Vim aqui expor a pouca vergonha que é o Jardim Viçosa. A pessoa que nos vendeu os terrenos desapareceu. Só não fomos despejados de lá por que recorremos, fizemos um movimento e botamos advogado. Lá não tem água, a rua é feita por matirão. O pessoal trabalha como carpinteiro, motorista, operário e domingo tem que trabalhar para fazer as ruas do bairro senão não entra ambulância, pedreiro, leiteiro, nem nada. Depois de uma baita luta conseguimos luz». Com essas palavras Dona Gessi, do Jardim Viçosa, foi uma das primeiras a falar no 1º Encontro de Vilas da Grande Porto Alegre, realizado no domingo dia 2, na Lomba do Pinheiro, vila localizada na estrada que liga Porto Alegre a Viámão.

O encontro reuniu mais de duzentas pessoas, representantes de moradores do Campo da Tuca, Divinéia, Panorama, Caiu do Céu, Restinga, Nova Brasília, Santa Tereza, Santa Filomena, Operária, Iguaçú, Cruzeiro do Sul, Beco da Alemoa e outras vilas da região metropolitana.

O objetivo do Encontro era a troca de experiências e a busca de organização comum entre as vilas, procurando coordenar a reivindicação de seus moradores.

Com falta de local, o encontro se realizou sob algumas árvores pois a temperatura na capital gaúcha chegou aos 36º centígrados na tarde de domingo.

As faixas e cartazes espalhados entre as árvores davam uma idéia clara das reivindicações: «Com salários tão pequenos temos que invadir terrenos»; «Salário baixo para diminuir a inflação é conversa de patrão»; «Temos que fazer comida, lavar roupa, dar banho nas crianças e tratar nossa higiene pessoal e não temos água. Moramos em vila mas também somos gente».

Dona Teresa Brito, da vila Nova Brasília também deu seu recado: «Nós não somos santo para nos fazerem promessas. Em época de eleições vêm dizer aqui: nós damos isso, damos aquilo. Nós somos operários, nos chamam de clandestinos, marginais. Mas agradeçam estes edifícios e tudo que têm no centro das cidades, que nossos filhos e maridos constroem. E nós não temos água, nem calçamento».

No Encontro, organizado pelo Movimento do Loteamento Clandestino, ligado a FRACAB (Federação Riograndense das Associações Comunitárias e Amigos de Bairro), falaram ainda

vários moradores e algumas lideranças sindicais, todos denunciando as péssimas condições de vida nas vilas bem como os baixos salários que recebem.

«Muitas das nossas vilas não são nem regularizadas. Não têm contratos registrados, nem escritura. Os loteadores não se preocupam em colocar em dia os loteamentos que vendem a preços caros. E o poder público que deveria fiscalizar e impedir esses abusos nada faz».

«Falta água. As pipas da Prefeitura vêm só de vez em quando. E no verão, a falta de água é uma calamidade».

As ruas não têm calçamento. A poeira, principalmente no verão é um castigo. Falta esgoto. As escolas são deficientes ou não existem».

«Os ônibus são poucos, caros e sempre cheios».

«O alto custo de vida nos afoga. E o salário é cada vez mais mínimo». São alguns trechos do Manifesto público que deverá ser encaminhado às autoridades, aprovado no Encontro.

Alem disso, formou-se uma comissão para promover novos encontros, o próximo já marcado para o Campo da Tuca é para auxiliar a organização das associações nas vilas que ainda não possuem nada organizado.

GERAIS

A Conferência do Atlântico "contra" a Ditadura

Durante três dias, de 16 a 19 do mês passado, encobertos numa nuvem de sigilo, mistério e forte segurança, 50 representantes do «mundo acadêmico e profissional» da América do Norte, América do Sul e Europa Ocidental estiveram reunidos em Salvador num encontro por eles denominado: «Conferência do Atlântico».

O tema do encontro, «Mudanças Econômicas e Políticas na área das Nações do Atlântico» e a preocupação constante em afugentar os jornalistas das reuniões motivaram uma profunda curiosidade, principalmente quando se soube o que foi dito em uma das conferências.

Na verdade, já na sexta-feira, primeiro dia do encontro, furando o bloqueio dos agentes da Polícia Federal e SNI, um jornalista baiano teve acesso a um dos documentos debatidos no encontro, onde estava escrito o seguinte:

«Os custos de um novo período ditatorial seriam muito elevados, justamente porque os alvos da repressão incluem agora instituições e pessoas em relação as quais a acusação de subversão seria absurda», segundo conferência do economista Celso Lafer, da USP e do professor

Wanderley Guilherme dos Santos, do Rio de Janeiro.

E mais adiante eles perguntam: «quem, de fato, deveria ser preso agora? Os empresários, os bispos, os pais, os banqueiros, os políticos honestos que estão do lado oficial e que não concordam, seja com algumas políticas concretas do governo, seja com o grau de autoritarismo ainda em vigor?»

A Conferência do Atlântico foi patrocinada pelo Chicago Council on Foreign Relations entidade privada cujo comitê internacional e dirigido pelo senador norte americano Charles Mathias, do Maryland. O que, na verdade representa esta entidade e para que, ou a quem serviram as conclusões tiradas no encontro, foram as grandes perguntas que ficaram no ar.

Mesmo depois, quando no término da conferência os seus participantes finalmente resolveram falar a imprensa, estas questões não ficaram esclarecidas. De qualquer forma, as informações obtidas na entrevista indicam, que o grau de preocupação dos participantes da Conferência do Atlântico foi mais do que simples curiosidade acadêmica.

Alem da preocupação com os custos da manutenção das

ditaduras nos países latino-americanos, os participantes da Conferência do Atlântico demonstram interesse em achar uma solução para o Brasil. Um professor latino-americano que sugeriu uma síntese de regimes populista e progressista com as posições econômicas mais conservadoras. Segundo ele o aumento da liberalização política seria ao mesmo tempo uma posição progressista em termos sociais, com a manutenção de um regime de mercado, ao invés de sair para uma aventura esquerdista, em matéria econômica, ou para uma socialização dos meios de produção».

Para ele, o populismo, condenado pelo ministro Reis Veloso por conter ingredientes da demagogia e do partido trabalhista, seria a saída mais válida para o Brasil, «pois so assim o país continuaria com o seu modelo de mercado e não sairia para a estalização».

Estas foram as informações filtradas e passadas a imprensa pois conforme explicou o senador norte americano, as reuniões da Conferência do Atlântico tem caráter de absoluto sigilo e as discussões continuarão secretas.

FINAIS

JULGAMENTO — Foi marcado para o próximo dia 12 no Rio de Janeiro, o julgamento dos 17 acusados de pertencerem ao Movimento de Emancipação do Proletariado. Presos no ano passado, os acusados, denunciaram as severas torturas por que passaram, negando assim, legitimidade às confissões que servirão de base para o julgamento. Deputados «autênticos» do MDB carioca lançaram uma nota apontando a arbitrariedade em que se constitui este julgamento. No último dia 5, vários estudantes foram presos pelo Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) quando pregavam cartazes a clamando a população carioca a assistir o julgamento e ressaltando a necessidade da luta pela anistia.

VILLARES — Mais de 500 metalúrgicos da Equipamen-

tos Villares de São Bernardo do Campo, entraram em greve no último dia 29, em solidariedade a um operário do setor de fresas, demitido depois de ter sido agredido pelo contra-mestre «Bate Estaca». No dia 2, como os operários insistissem em não trabalhar enquanto «Bate Estaca» não fosse demitido e o fresador readmitido, a diretoria da Villares suspendeu todos os grevistas por dois dias, e demitiu oito deles. A justificativa apresentada pela diretoria da empresa, na pessoa de seu diretor-superintendente industrial, Sérgio de Almeida Martins, foi a de que «as greves de maio foram por aumento salarial, mas essa greve de agora é um caso claro de subversão da ordem».

UNICAMP — A Polícia campeira invadiu, no últi-

mo dia 2, o Centro de Vivência dos Estudantes da Universidade Estadual de Campinas, prendendo e espancando 24 pessoas, em sua maioria negras, que participavam de uma roda de samba naquele local. Em protesto contra a repressão e a discriminação racial o Diretório Central dos Estudantes da UNICAMP, a União Estadual dos Estudantes-SP, a Associação das Docentes da UNICAMP, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial e outras entidades, lançaram uma nota denunciando a invasão. Os policiais invadiram o Centro de Vivência aos berros de «negros vagabundos», «prostitutas», «marginais», e levaram os estudantes para o 1º Distrito de Campinas, onde foram todos obrigados a se despir na frente do delegado e de um investigador.

EM TEMPO:

14 anos de regime militar

Até quando?

O semanário nacional EM TEMPO coloca à venda os mais valorizados títulos de leitor: assinaturas do jornal. Comprando o título, ou seja, fazendo a assinatura, você recebe toda semana um jornal comprometido, como você, na luta pelas liberdades democráticas. E faz uma economia de Cr\$ 280,00. Ao fazer sua assinatura anual, você ainda recebe grátis um livro. Escolha entre os títulos abaixo o livro que você deseja ganhar:

1. "MEMORIAL DE IDÉIAS POLÍTICAS" — Edgard da Mata-Machado
2. "AS RESERVAS MINERAIS E O FUTURO DA HUMANIDADE" — Francisco Fonseca
3. "PEDRO" (infantil) — Bartolomeu Queirós e Sara Ávila
4. "GUERRILHAS D'AMOR" — Sérgio Gama
5. CADERNOS DO PRESENTE I: "Economia Política Brasileira em Questão" — Guido Mantega e Maria Moraes.
6. CADERNOS DO PRESENTE II: "Greves Operárias — 1968/78" — Vários autores
7. "EUROCOMUNISMO X LENINISMO" — Coleção Polêmica — Vários autores

Faça hoje mesmo sua assinatura e dê outras a seus amigos neste Natal. EM TEMPO é um presente inteligente e combativo.

Faça aqui sua assinatura e economize Cr\$ 280,00

Desejo fazer assinatura anual de EM TEMPO e receber 52 exemplares por apenas Cr\$ 100,00

Livro escolhido: 1 2 3 4 5 6

Desejo fazer assinatura semestral de EM TEMPO e receber 26 exemplares por apenas Cr\$ 250,00

Nome: _____

Endereço: _____ Fone: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Preencha este cupom e colique no correio. Não é necessário selar. O pagamento poderá ser feito da forma que lhe convier (vale postal, cheque comprado ou cheque nominal em nome da EDITORA APARTE S/A).

Dê em tempo de presente neste natal e economize mais cr\$ 280,00

Desejo presentear uma assinatura anual de EM TEMPO: 52 exemplares por apenas Cr\$ 100,00

Livro escolhido: 1 2 3 4 5 6

Desejo presentear uma assinatura semestral de EM TEMPO: 26 exemplares por apenas Cr\$ 250,00

Nome: _____

Endereço: _____ Fone: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Preencha este cupom e colique no correio. Não é necessário selar. O pagamento poderá ser feito da forma que lhe convier (vale postal, cheque comprado ou cheque nominal em nome da EDITORA APARTE S/A).

10 anos de AI-5 Até quando?

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Flávia Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente). Secretário de Redação: Luiz Nadi. Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges. Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAS: Nacionais: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávia Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alli, Wilson Prudente. Internacionais: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Mendes e Lígia Almeida (sub-editores), Aluisio José Moni-

ro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Ellezer Rizzo de Oliveira, José Valga, Lana, Marleneide Oliveira, Olgária Matos, Surrana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávia Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Elmar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Madalena Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Betz Mariogoni, Duto Bicalha, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Beus Filho, Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andreas (foto). **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Maranhão, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quintana, Silvestre Prado, Valdeir Amorim.

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSAIS: **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1894): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lúcio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilari, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan (redação), Maria Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Cruz, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida

Flávia Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Recife** (R. Anibal Falcão, 127 - Fraças): Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatru, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 290 - sala 408): Adauto Nogueira, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karar, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hauselmann, Fernanda Coelho, Jaime de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Lais Meirelles, Lígia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Aultram, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lassa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. **Salvador** (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 301): Ademir Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Uatoni Godinho, Odaik Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS: **Aracaju** (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Rinaldo Barros.

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição). **João Pessoa** (PB): Aurelio Aguiar, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. **Natal** (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos e Maria Jesus - área. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luis Alberto Marcondes Picouca (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Acácio Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP. 05415 - Telefones: 280 4759 e 853-6080.

Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados, Rua sete de abril, 230, São Paulo, S.P.

ARENA: UM PARTIDO SEM FUTURO.

Especial para Em Tempo: Getúlio Bittencourt

De qualquer lado que olhe, a Arena parece estar destinada a exercer um papel de minoria. Como se dividirá o partido do governo no caso de surgirem novos partidos?

O futuro imediato dos partidos políticos no Brasil está vinculado à disputa real pelo poder, já que no momento eles disputam apenas as migalhas concedidas pelo regime militar.

Portanto, além da pressão popular demonstrando que o pluripartidarismo e uma aspiração nacional, será necessário que os militares cedam a essa pressão e recolham-se ao papel constitucional de guardar a própria Constituição e as fronteiras brasileiras.

Deixando de lado a questão fundamental de que para isso é indispensável a existência de uma Constituição legítima, vamos examinar que perspectivas se abrem para o partido do Governo, a Arena, caso o quadro partidário se amplie. Tomando os resultados das eleições legislativas de 1974 e deste ano, fica evidente que esse partido está em nítido declínio perde nas regiões mais desenvolvidas (urbanizadas e industrializadas) e vence nas pequenas cidades e nos Estados do Norte e Nordeste.

No caso das eleições de 1978, particularmente, a Arena teve 5 milhões de votos a menos que o MDB, para o Senado, e cerca de 1 milhão de votos a menos para a Câmara dos Deputados, a despeito de conseguir a maioria de cadeiras nas duas casas. A soma total de votos para os dois partidos mostra que a Arena representa a minoria do povo brasileiro.

Máquina governamental

Para efeito destas considerações, é até desnecessário arrolar o uso da máquina governamental para ajudar os candidatos oficiais, a corrupção eleitoral que beneficiou essencialmente a Arena, é a Lei Falcão, que impediu o livre debate de ideias, todos fatores que contribuíram para diminuir a derrota do partido do Governo.

O que os números mostram é que não haverá casuismos capazes de impedir a

ascensão da frente oposicionista nas próximas eleições, já no frágil Governo Figueiredo. Como o general João Batista Figueiredo não dispõe de apoio popular, por razões óbvias, a partir do fato de que assumirão o poder sem nenhum compromisso com o povo, a alternativa que lhe resta é a de buscar respaldo militar para governar.

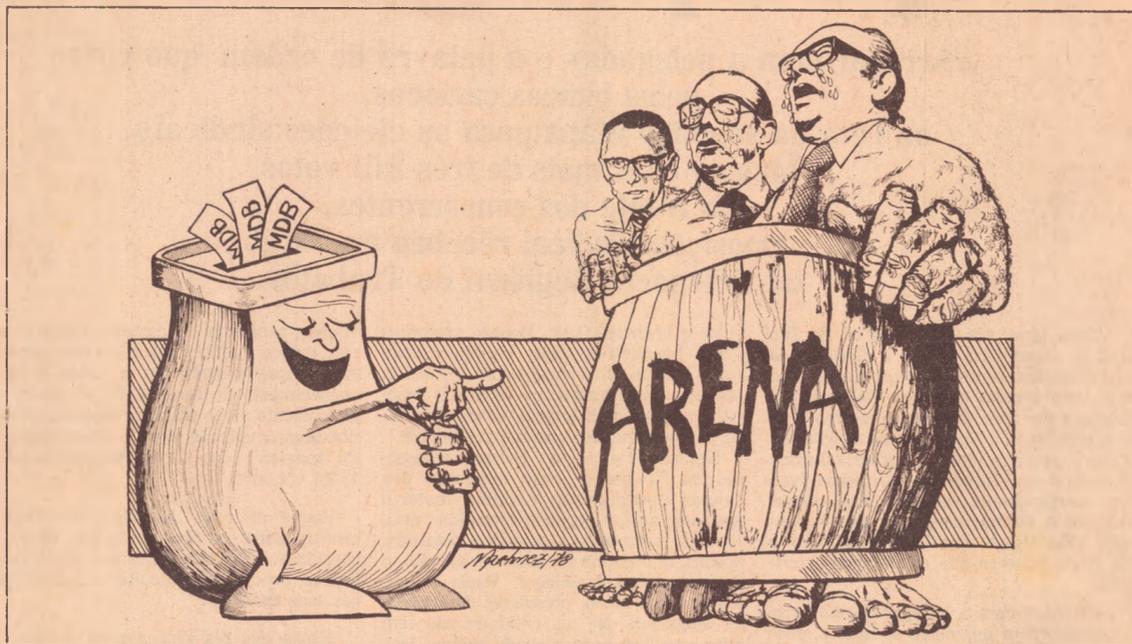
A Arena, sozinha, não lhe dará esse respaldo. Esse partido foi constituído em 1965 com a maioria dos parlamentares e líderes da extinta UDN, mais uma parte dos egressos do PSD, do PDC e dos pequenos partidos de oportunistas e conservadores. A partir dessa massa inicial, a Arena incorporou políticos das novas gerações, estimulados pela violência do regime contra a Oposição, de um lado, e pelas possibilidades de sobrevivência fisiológica (corrupta) oferecidas por um partido colocado à sombra do poder militar.

Nos primeiros anos a Arena ainda dispunha de um contingente de políticos liberais, como Milton Campos ou Daniel Krieger. Mas esses políticos ou morreram (Campos), ou se fossilizaram (Krieger), ou passaram para a Oposição (Teotônio Vilela). Os liberais que ainda sobrevivem foram hoje uma minoria inexpressiva dentro do partido do Governo, e sua tendência natural é a de incorporar-se ao bloco liberal da Oposição.

De qualquer maneira, restarão a Arena a maior parte dos seus quadros atuais, uma massa de políticos urbano-clientelísticos no Centro-Sul e de políticos extremamente dependentes das fontes de poder (governadores, Governo Federal) nos Estados menos desenvolvidos.

Onde ficar?

Como se dividirá esse partido no contexto do pluripartidarismo é a especulação do imponderável. Se o poder estiver realmente em disputa, com os militares recolhidos às suas funções secundárias,



pode-se presumir que os liberais talvez prefiram uma aliança com esses políticos oportunistas e conservadores da atual Arena, para montar no Brasil algo semelhante a uma social-democracia.

Nessa hipótese, a esquerda seria confinada, e teríamos aqui algo parecido com a situação atual da França. Por onde se constata que dificilmente essa hipótese se concretizará, porque o panorama brasileiro é muito diferente do panorama francês.

Tomado em si mesmo, a Arena é um partido de possibilidades eleitorais declinantes. Mas vamos observar de perto que declínio é esse.

Em primeiro lugar, a Arena sofre um desgaste especial com a impossibilidade de alternar-se no poder com o MDB. A imagem de partido sem quadros preparados para assumir o poder, das Prefeituras à Presidência da República, é da Arena, porque só esse partido conquista as melhores migalhas do poder. E só ele se desgasta no seu exercício.

Mas é preciso observar que, se os dois partidos atuais forem mantidos e alguns outros novos forem criados, a transferência do poder dos núcleos rurais para os

núcleos urbanos tende a ser lenta, se tomamos como paradigma o que aconteceu nos Estados Unidos.

Esse País já era essencialmente uma potência industrial e urbana (embora seja ainda hoje uma potência agrícola também), e no entanto a distribuição das cadeiras no Congresso norte-americano não reproduzia a relação de forças existente dentro da sociedade. O desequilíbrio favorecia o setor rural e conservador.

Assim, considerando a influência norte-americana sobre os gênios da raça (lembram-se do professor Samuel Huntington?), os que imaginam que o Estado deve ser controlado por uma horda de iluminados e à revelia do povo, é uma hipótese considerável essa de rotatividade do poder fornecer ao bloco, conservador mais alguns anos de poder.

É verdade que, para que essa hipótese se concretize, os donos do poder precisariam entender que o regime democrático liberal oferece menores riscos para a burguesia, e ainda lhe facilita a acumulação de capital sem necessidade de um Estado policial ou de uma ditadura militar.

As chances de crescimento da Arena dependem também em grande parte de sua capacidade de cooptar os setores da burguesia que hoje consideram excessivamente arriscado o modelo político autoritário e discricionário em vigor, e que veladamente já apoiam o partido da Oposição.

Naturalmente, os setores mais reacionários da burguesia já estão na Arena, são a própria Arena. Mas a vinculação exclusiva com esses setores da burguesia mercantil e com os segmentos conservadores dos empresários modernos não estimulam o crescimento do partido do Governo.

De qualquer ângulo que se observe, a Arena parece um partido destinado a ser minoritário. O que o general («Podem me chamar de João») Figueiredo pode montar com seus assessores palacianos são táticas para adiar ou minimizar as derrotas que se aproximam.

* Getúlio Bittencourt e repórter político da Folha de S. Paulo. Há dois meses, publicou seu primeiro livro: «A Quinta Estrela» (Ed. Ciências Humanas). Na semana passada, recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo, em virtude de uma entrevista bomba que fez com o então recém-nomeado Figueiredo.

ELEIÇÕES 78

Qual o recado das massas?

Pesquisas

do professor Bolivar Lamounier.

Observação: «Nós temos no Brasil hoje, como aliás sempre tivemos em todos os Estados mais desenvolvidos, uma tendência bastante nítida a que as camadas populares votem nos partidos que são do centro para a esquerda».

Bolivar Lamounier, professor da PUC, pesquisador do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP) e autor dos livros «O Partido e as Eleições no Brasil» (74) e «Os Partidos e o Regime» (76), interpreta as eleições de 78 e seu consequente desdobramento partidário. Defende a necessidade da criação de organismos formais e mais frequentes de participação popular ao mesmo tempo que analisa, sob um novo ângulo, a questão da proporcionalidade entre o número de cadeiras legislativas e a votação dos partidos. — Qual o principal significado das eleições de 78?

— De um lado houve uma alta taxa de renovação dentre os eleitos. De outro, o que me chamou muito a atenção, foi a elevação no índice dos votos brancos e nulos. Praticamente o dobro de 74, e desde logo, eu não acredito que sejam votos de protesto no sentido que algumas correntes querem ver. Então, se fossemos interpretar estes dois fatos eu tiraria a seguinte conclusão: que o espaço político aumentou consideravelmente, e que o regime, até ele, foi obrigado a dar maior importância ao processo eleitoral. Mas a conclusão mais importante é a de que o processo eleitoral é ainda a principal técnica para se obter a participação da população numa sociedade de massas. É extremamente importante que os setores de esquerda se conscientizem para a necessidade, não só de aprofundar a disputa eleitoral e partidária, mas, sobretudo, suplementar este canal de representação com outros canais mais diretos. Não estou dizendo o óbvio, do fortalecimento dos sindicatos ou do crescimento das associações. Eu me refiro à necessidade de suplementar o processo eleitoral por outros canais, também formais de participação, porém, mais diretos. Em vários países há a instituição do referendário, onde a população pode votar, por exemplo, uma reforma tributária e cuja

relevância está diretamente ligada aos seus interesses.

— Mas como é que você liga as questões mais imediatas sobre as quais você está falando com as questões políticas mais gerais?

— Num país como o Brasil, de pouca tradição política de participação e com grande repressão, o objetivo mais geral é fazer com que a população volte a se interessar por política. Muitas pessoas estão falando na ideia do controle pela base dos candidatos eleitos, no mandato imperativo. Mas como é que 10 milhões de eleitores do estado de São Paulo vão deseleger um candidato se estiverem insatisfeitos com ele? E uma questão muito difícil. Então é preciso inventar formas mais agéis, densas e frequentes de participação. Por exemplo, se você pega a década de 50 dificilmente vamos encontrar um texto de esquerda sobre o processo de representação política, e esta omissão hoje, seria muito grave.

— Sociologicamente como é que você caracterizaria os votos desta eleição?

— Nos temos no Brasil hoje, como aliás sempre tivemos em todos os Estados mais desenvolvidos, uma tendência bastante nítida a que as camadas populares votem nos partidos que são do centro para a esquerda. Isto vem desde 47. O estudo que fiz em 74 mostra isto com muita nitidez para São Paulo, quando eu mostrei que o mapa da votação de 74, de certo modo, era semelhante ao de 47. Esta tendência era menos nítida, e provavelmente ainda hoje é, naqueles Estados menos industrializados. Nesses, o voto não se diferencia muito por classes ou setores. E neste sentido o Brasil não possui nenhuma singularidade. Os eleitores de renda baixa votam em partidos que prometem a favor delas e ponto final. Outro ponto que eu gostaria de salientar é que o bipartidarismo, que no geral não é uma ideia muito boa, e que é péssima para o Brasil, pelo menos prestou o favor de tornar mais clara a importância das siglas

partidárias para os eleitores de nível educacional mais baixo. Antes de 65, quando havia treze partidos, era muito difícil o posicionamento para esta população de baixa participação e baixo nível educacional. Deste ponto de vista, o bipartidarismo (e obviamente o governo não pretendia isto) acabou dando como resultado a simplificação deste problema, que tem várias consequências importantes. Primeiro, permitiu que um partido adquirisse uma imagem bastante profunda e enraizada num contexto político de baixa participação. E segundo, familiarizou a população com a ideia do partido político. Eu calculo que hoje em qualquer cidade grande do Brasil, pelo menos 70% da população tem alguma simpatia por qualquer um dos partidos, Arena e MDB. Este é um índice altíssimo até para os padrões internacionais. Antes de 65, no sistema de 13 partidos, eu duvido que este índice tivesse chegado a 40 ou 50%.

— Mas como a população se distingue entre os dois partidos?

— Já se viu em 74, e também em 78, que o eleitor do MDB é genericamente o assalariado de renda baixa e o da Arena o contrário. Mesmo numa eleição em que o MDB teve quase 80% dos votos como no caso atual, continua sendo verdadeiro que na periferia e nos bairros mais pobres, a relação dos votos dados ao MDB é ainda maior se comparado aos votos dados à Arena. Mas o próprio sistema institucional se encarrega de diluir esta votação. Se você tem um candidato com capacidade para catar o voto em todo o Estado de São Paulo, é evidente que a definição legal do voto dificulta uma nitidez absoluta em saber quem votou em quem. Paradoxalmente, um candidato que teve uma votação muito nítida de operários ou de uma cidade pequena, é um candidato fraco. O candidato forte, em geral, tem uma base muito mais ampla. Então a votação de um candidato bem votado não é homogênea, socialmente falando.

— E com relação aos candidatos de esquerda a que você atribui a votação que eles tiveram?

— Eu diria que foi principalmente o trabalho. A tendência da sociedade em votar em partido de esquerda existe, mas é sujeita a oscilações e retrocessos. Seria pedir demais a uma população que teve pouca oportunidade de participação, que ela mesma fizesse essa distinção. Os can-

didatos é que têm que fazer. E nestas eleições os candidatos perceberam com suficiente antecedência que havia espaço aberto de luta e se organizaram para isso.

A parcela destes candidatos que conseguiram se eleger é muito alta. Isto demonstra que em 74 nós tínhamos mais votos do que candidatos. Em 74 havia poucos candidatos disputando a indicação pelo partido e a questão da democracia interna não se colocava. Mas agora a questão se coloca. A quantidade de candidatos que querem representar setores diferenciados é muito grande.

— Como é que fica a questão da proporcionalidade entre o número de cadeiras e a votação?

— O pacote de abril apenas piorou um pouco uma coisa que é antiga na legislação brasileira. Quando ela reparte as cadeiras em função da população, ela sempre deu um pouco mais de força numérica à representação dos Estados mais pobres. Isto não é novidade e vem desde a década de 30 e foi consagrado na Constituição de 46. O pacote de abril apenas acentuou esta tradição, ao colocar o número de cadeiras em função da população e não do eleitorado. No fundo ele fez a população de analfabetos das regiões mais pobres pesarem um pouco mais, e não é tão óbvio assim que os Estados como Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, devam ter uma maior representação do que os Estados do Nordeste. Existem boas razões para os Estados mais pobres terem maior representação em termos proporcionais, porque os Estados mais ricos se beneficiam de vários outros instrumentos de luta. Eles se beneficiam de ter maior presença nas comunicações de massa. De terem organizações sindicais e partidárias mais poderosas. O que é errado atualmente é que, com a Lei Falcão e outros instrumentos que diminuem a participação política, a representação política dos Estados mais pobres como a Bahia e o Ceará, torna-se muito mais conservadora do que deveria ser. Se nós não tivéssemos esta legislação repressiva, eu duvido que a representação nestes Estados fosse tão conservadora como ela é hoje. Então, o que está errado, é que você tem uma eleição com pouca liberdade e ainda por cima uma representação inteiramente artificial.

— E no momento seria artificial lutar por novos partidos em vez de defender o MDB, procurando não dividi-lo?

— Há uns dois anos atrás eu defendia com muita clareza a reorganização partidária. No entanto, dissolver o MDB agora eu não acho conveniente. Neste momento eu acho que a melhor proposta é o fortalecimento do MDB. Primeiro porque a democratização não se fez com rapidez como eu a imaginava, ou desejava, quando eu falava que era preciso formar novos partidos. Em segundo lugar, a própria população se encarregou de se identificar cada vez mais com o MDB, e neste momento quem está jogando com a proposta de novos partidos é o governo, dentro de uma estratégia autenticamente casca de banana. Está jogando uma casca de banana para alguém escorregar. Ficou demonstrado que a grande maioria da população orienta seu voto pela sigla do MDB. Isto significa que se você fizer uma eleição no ano que vem, uma grande parte da vitória já está garantida de antemão para a oposição. Já existe uma identificação prévia da população com o partido. Então, extinguir esta sigla partidária, ou até mesmo mudar o nome dela, como o governo está propondo, é um retrocesso. É uma casca de banana. É ceder graciosamente, de mão beijada, um espaço político que já está consolidado.

Eu sou a favor da reformulação partidária, mas não nesta conjuntura. Nós temos que sustentar esta tática porque estamos numa luta política onde o trunfo eleitoral é fundamental. Se o governo tivesse capacidade de se legitimar pela via eleitoral não haveria crise política alguma no Brasil. Além disto, o MDB se mostrou capaz de aprender com o próprio processo. Se você compara o programa do MDB de 78 com o de 70, houve uma evolução enorme. Em 70 era basicamente um programa jurídico. Em 74 esse programa se enriqueceu com toda uma discussão sobre a distribuição da renda. Em 78, ele se diferenciou ao ponto de ter um programa em que havia propostas específicas para as mulheres, para os negros e para diversas minorias. Então eu insisto em duas coisas. Primeiro, temos que fortalecer os partidos através da participação, e segundo, fazer o enriquecimento da representação.

Bancários-Rio

Oposição ganha mas não leva

«Arrasar com a pelegada» é a palavra de ordem que corre pelos bancos cariocas, na reta da segunda etapa para as eleições sindicais.

Mesmo com mais de três mil votos na frente dos concorrentes, a Oposição Sindical recebeu embargo da Delegacia Regional do Trabalho.

Ainda uma vez os bancários do Rio irão às urnas para eleger a diretoria do seu Sindicato. Ainda uma vez elegerão ao que tudo indica, a chapa da Oposição liderada por Ivan Martins, o mesmo Ivan que encabeçou a Oposição nas eleições de janeiro, reconhecidas pela própria Justiça Federal como fraudadas, o mesmo Ivan que participou da comissão de salários durante a última campanha pela reposição salarial, o auxílio-alimentação e anuênios maiores que os de anos anteriores.

«Arrasar com a pelegada», esta é a palavra-de-ordem que corre os bancos, onde as comissões já vão se esboçando: «está nascendo a nossa organização de bases», dizem os líderes da chapa 2. Roubados, ganhando, mas sem levar, os bancários do Rio vão conduzir, afinal, dia 11 próximo, a Oposição Sindical ao Sindicato, Ivan Martins à sua presidência. Uma longa etapa da luta que, afinal, poderá ser encerrada. A chapa 2 venceu, de forma esmagadora, as eleições sindicais dos bancários do Rio de Janeiro. Obteve maioria absoluta no primeiro escrutínio e deveria ser proclamada a vitoriosa, ocupando, a seguir, o sindicato.

No entanto, para Elcio Mourão, representante do Ministério do Trabalho, a chapa vencedora não obteve maioria absoluta. Segundo o procurador do Estado, na sua interpretação pessoal (a portaria 3437 do Ministério do Trabalho, reguladora das eleições sindicais é omisa nesta questão), a chapa não conseguiu a maioria absoluta porque teria de somar mais votos que as chapas 1 e 3, votos

nulos e brancos. O sr. Mourão contou os votos brancos e nulos conjuntamente (caso inédito em eleições). Se a maioria absoluta não incluiu os votos em branco, a categoria já estaria, desde a semana passada, comemorando a sua vitória.

Segundo o edital da Delegacia Regional do Trabalho, caso nenhuma das chapas concorrentes obtenha maioria absoluta, há um segundo escrutínio, após 15 dias, precisando a primeira colocada, apenas, de maioria simples. No entanto, o coordenador das eleições, Paulo Zimmerman e René Renó, presidente do sindicato, alegaram que «a entidade não tem infra-estrutura para segundo pleito». Isso é falso, havia cédulas impressas, relação dos votantes, edital publicado e mesários disponíveis. Na verdade, a diretoria procura ganhar tempo e, com manobras, permanecer à frente do sindicato o máximo possível.

Concorreram 3 chapas. A da situação, chapa 1, que para confundir o eleitorado, se diz de oposição. No entanto, contém cinco elementos da atual diretoria. A chapa 2, a vitoriosa; é formada por uma frente de oposição, tendo como unidade o objetivo da saída do pelego do sindicato. A chapa 3, por sua vez, é constituída por dissidentes da chapa 2, que divergiram do encaminhamento dado, pela oposição, na campanha salarial deste ano. Com a divisão, a oposição se enfraqueceu. E, assim, deixou espaço para manobras da diretoria pelega.

A categoria foi bastante mobilizada pelo processo eleitoral. Os discursos nos

bancos, panfletagens, cartazes espalhados pela cidade e ampla discussão dos jornais das chapas permitiram a todos tomar conhecimento da importância do pleito e do sindicato como entidade representativa máxima. A votação, como consequência, foi maciça: dos 18.000 sindicalizados, 13.887 votantes.

Houve de tudo nas eleições. Desde urna roubada em Madureira, por «desconhecidos», até represálias por parte dos bancos, procurando dificultar a campanha nas suas agências.

Essas eleições representam a grande vitória da categoria contra os pelegos que estão por seis anos ocupando o sindicato. Entraram como interventores com a prisão e tortura, durante meses, da diretoria eleita em 1972. Em 1975, com fraude, foram reeleitos. A chapa de oposição tentou anular as eleições, apesar das ameaças e repressão, mas não conseguiu sua impugnação. Em 1977, novamente houve fraude, porém, desta vez, a Justiça Federal anulou o pleito e marcou novas eleições para 27/11 a 1/12, quando a chapa obteve expressiva maioria.

A chapa 2 foi formada, com a intenção de unir a oposição «para arrasar com a pelegada». A oposição procurou, assim, abrir um espaço no sindicato para organização e mobilização da categoria tendo consciência, sempre, como explica Zoloh Silveira, da chapa 2, que «a garantia da efetivação do próprio programa da nossa chapa depende do trabalho das comissões por banco, ou seja, o sindicato em todos os locais de trabalho».



Hoje, para o sindicato se colocar combativamente ao lado dos bancários, é preciso que a categoria esteja organizada começando nos próprios locais de trabalho. A chapa 2 sabe que não seria uma nova diretoria sindical, a solução para todos os problemas da categoria. São os bancários organizados e mobilizados, utilizando o sindicato como instrumento, que irão assegurar as vitórias futuras por maiores salários, mais liberdade e melhores condições de trabalho. No programa da chapa 2, «a categoria se coloca ao lado dos outros setores populares», explicou Errol Pessanha e, acrescentou «defendemos, por exemplo, a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, uma luta cada vez mais ampliada da sociedade».

A mudança na vida sindical depende da luta pelo desatrelamento ao Ministério do Trabalho; assim, como disse Ronald Barata, «a chapa 2 empossada, lutará para a queda do imposto sindical que afasta grande parte dos trabalhadores das suas entidades representativas. Além disso, reivindicará o seu estatuto próprio, contra o estatuto padrão da CLT».

A chapa 1, a falsa oposição, no dia 5/12, entrou com recurso na DRT, pedindo anulação das eleições. Entre outras denúncias infundadas, alegam o fato de um menor ter sido mesário da chapa 3, porém, o mesmo rapaz foi mesário da chapa 1 nas eleições de janeiro. Além disso, a portaria do Ministério do Trabalho é omissa em relação à idade dos mesários. Outra alegação para impugnação do pleito é o fato de uma moça da chapa 3 ter sido mesária. No entanto, a assinatura das atas comprova ela não ter sido mesária e sim, fiscal. A chapa da situação continua tentando utilizar todos os recursos para não entregar o sindicato à chapa vitoriosa.

Eleições no Sindicato dos Bancários do Rio	
Resultados oficiais	
chapa 1: 3257	
chapa 2: 6 835 (Oposição Sindical)	
chapa 3: 3 225	
brancos: 206	nulos: 365



Contra o pelego e a polícia

Em São Paulo, a Oposição Sindical da categoria dos bancários já começou a marcha para as urnas. No programa da Chapa 2, uma definição mais avançada do papel do sindicalismo na conquista da democracia.

Os bancários de São Paulo estão em campanha eleitoral e vão às urnas em janeiro para renovar seus representantes no sindicato da categoria. Finalmente. Pois há quatro meses que a atual direção da entidade vem empurrando com a barriga e conseguindo adiar o pleito, que, caso de vitória a chapa de Oposição Sindical, trará profundas mudanças no movimento dos assalariados bancários, não só no estado, como também com reflexos em outros estados.

E as intimidações por parte da repressão já começaram. Sexta-feira, dia 1º de dezembro, dois integrantes da Oposição foram presos, numa batida policial aparentemente casual. Um deles é membro da Chapa 2 e carregava consigo a carta-programa e alguns rascunhos do desenvolvimento da campanha. Os papéis foram tidos como «subversivos». Os rapazes foram algemados e levados ao DOPS, onde passaram toda a tarde respondendo a inúmeras questões num interrogatório sobre o movimento oposicionista, particularmente sobre seus componentes, grupos e indivíduos; foram soltos em seguida.

O surgimento da oposição
«Com a existência da democracia, a estrutura do Sindicato fica muito menos opressiva que com um regime de exceção. Com a democracia, houve a possibilidade da criação de uma série de organismos paralelos tipo PUA, CGT, Fórum Sindical de Debates. Com a cassação das principais lideranças e a extinção, na prática, do direito de greve, os trabalhadores tentaram organizar em oposições e no meio delas esta a oposição dos bancários. Dependendo do grau de combatividade do Sindicato em épocas anteriores, trazem posições mais duradouras, como o caso dos bancários de São Paulo e Rio, metalúrgicos de São Paulo e Osasco, etc. A oposição bancária é uma oposição a diretoria do Sindicato e tende a ser uma oposição à estrutura sindical, pois hoje essa estrutura tem se mostrado mais repressiva que em épocas de abertura». Quem resume é Augusto, funcionário do Banespa e presidente da Chapa 2, concorrendo pela terceira vez, do mesmo lado.

No Sindicato dos Bancários, a oposição sempre foi uma constante. Na medida em que os assalariados vêm ampliando sua participação na vida política nacional, creceu bastante e, pode-se dizer que, hoje, a Oposição Bancária agrega todos os setores mais combativos da categoria.

Sandra, primeira-secretaria, vê assim a união desses setores: «Pelos menos, um núcleo central

dessa oposição existe há mais de dez anos. Mas é o primeiro ano em que a oposição ficou como centro aglutinador de todas as correntes classistas existentes dentro do movimento bancário. Um dos objetivos em se constituir essa frente foi de se fazer um movimento realmente representativo, democrático, visando a unidade na defesa de pontos básicos de interesse da categoria, que são os pontos do programa. Existe a unidade nesses pontos, mas isso não representa posições fechadas, acabadas, pois o debate dentro da oposição é aberto e constante. Por um lado é bom, pois garante a democracia, mas em determinados momentos falta uma homogeneidade dentro da direção, como aconteceu na campanha salarial».

Augusto também fala sobre o assunto: «Subjetivamente, pode-se achar que é uma frente, mas, concretamente, para a categoria, não existe essa frente porque ninguém tem representatividade suficiente. Não existe uma identidade da categoria com representantes, com programas de grupos que dizem representar. O movimento de massas vem tímido até 77 e, a partir de 78 é que desponta como uma força, mas ainda não existe um movimento de massas constante que identifique lideranças. Um exemplo bastante concreto é que da chapa de oposição de 75 para esta mudam totalmente noventa por cento de seus componentes».

O vice-presidente, Luiz Gushiken, concorda com a definição de frente e mostra-se completamente favorável a essa situação: «É diferente uma situação de oposição sindical onde há uma frente, de uma situação onde uma diretoria monopoliza, castrando a possibilidade de uma discussão mais profunda a respeito dos problemas sindicais. Na falta de um amparo maior por parte do nosso Sindicato, os elementos que até então estavam atuando, passam a constituir uma Oposição Sindical e, a partir daí, têm uma atuação mais livre e independente».

Início da unidade

Para se chegar até a chapa, o processo não foi fácil. O excesso de «grupismo», a briga por esta ou aquela posição, advindos das várias ideias correntes. Sandra e quem conta o começo de tudo: «Houve épocas em que a Oposição chegou a contar com mais de cem pessoas em suas reuniões e outras em que setores inteiros saíram (e voltaram) da Oposição. O início de nossa unidade foi conseguido graças a própria diretoria atual do Sindicato, por incrível que pareça. Na campanha salarial do ano passado, quando a ca-

tegoria se encontrava mobilizada para continuar lutando por um aumento melhor, a diretoria traiu a classe, tentando fechar o acordo com os banqueiros. As diversas correntes de oposição tiveram que se unir na comissão salarial e levar a luta pelos 65%. A partir de então, a Oposição vem se reunindo sistematicamente, tentando articular comissões por banco e comissões regionais».

Programa avançado

O programa da Chapa 2 dos bancários paulistas apresenta aspectos mais avançados em relação a outros programas de Oposições Sindicais, isto é, a unidade entre os componentes quanto aos itens políticos chegou a uma definição maior sobre a questão das liberdades democráticas, que em geral aparece formulada de maneira muito tímida nas plataformas sindicais nos últimos anos. É a seguinte a proposta do programa:

«Pelas liberdades democráticas — a luta por um sindicato reivindicativo e independente, organizado livremente pelos trabalhadores, e inseparável da luta de toda a sociedade pela democracia. Neste sentido nos solidarizamos com a luta pela anistia ampla e irrestrita aos perseguidos por razões políticas, nos colocamos contra a censura a qualquer meio de informação e pelo fim de toda a legislação repressiva. Pela liberdade de Organização Partidária, que possibilite aos trabalhadores participar das decisões políticas do País através de organismos próprios, construindo partidos controlados por eles para que não continuem marginalizados e possam fazer valer suas reivindicações por eleições livres e diretas em todos os níveis e por uma Assembleia Constituinte Democrática e Soberana que organize a sociedade de acordo com os interesses da maioria oprimida da população».

Entre as reivindicações mais específicas da categoria bancária, destaca-se no programa o cumprimento da jornada de seis horas, o quadro de carreira, o piso salarial, o direito ao trabalho, entre outras.

Rui Sá Silva Barros, do Banco do Brasil, também membro da Chapa 2, dá um fecho no programa: «basicamente, o problema e destruir a atual estrutura sindical que dispensa a iniciativa das bases e deixa o campo livre a todo tipo de manobra sobre a cabeça da classe trabalhadora, como demonstrou o desfecho da última campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo».

Terezinha Vicente Ferreira

Cresceu a oposição na OAB-SP

Mesmo com uma diferenciação política pouco enfática com os concorrentes, o movimento de oposição na seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil obteve uma votação significativa.

Com a vitória da chapa da situação, nas eleições realizadas há poucos dias, a Ordem dos Advogados do Brasil — Seção São Paulo, completará, ao final deste novo mandato, 10 anos de direção pelega e omissa. A chapa de oposição «Unidade e Participação», por sua vez, como em 1976, não logrou êxito, apesar de seu significativo avanço no total de votos em relação àquela última eleição.

Tanto é assim que a chapa «Azul», da situação, ganhou por uma pequena margem de votos: cerca de 18 mil para a situação e 16 mil votos para a oposição. E novamente o Interior — como nas eleições parlamentares — decidiu a eleição a favor do situacionismo, enquanto a chapa «Unidade e Participação» venceu nas grandes e médias cidades do Estado. O avanço da oposição pode ser medido quando se sabe que, em 1976, obteve pouco mais de 10 mil votos.

O movimento oposicionista surgiu há dois anos, pouco antes das eleições de 1976. Segundo um dos membros da chapa, Marco Túlio Bottino, baseava-se em dois pontos básicos: a crítica ao continuismo dos atuais dirigentes da OAB-São Paulo e a omissão da entidade, principalmente nestes últimos cinco anos, no que diz respeito às reivindicações específicas da classe e a luta pela volta do País ao Estado de Direito.

Houve um encastelamento dos atuais dirigentes da OAB-SP, afirma Marco Túlio, levando-o a uma posição de absoluta omissão em todos os sentidos. Em consequência disto, não permitiu a manifestação da categoria já que o único instrumento profissional do advogado é a entidade. Como exemplo desta omissão ele cita a tímida participação dos dirigentes da entidade no Congresso de Curitiba, realizado em meados deste ano, «onde as entidades co-irmãs de todos os Estados se manifestaram sobre o tema principal que é a necessidade urgente de o país voltar a plenitude democrática».

A omissão da OAB-São Paulo passa despercebida, ou mesmo confunde os menos avisados, devido às manifestações liberais da OAB a nível nacional, através de seu presidente Raimundo Faoro. Contudo, ressalta Marco Túlio, a omissão da entidade regional é total, e sequer faz coro às reiteradas manifestações de Faoro pela volta ao Estado de Direito.

A manobra

Por isto, diz o membro da oposição, o movimento se propôs desde logo, através de seu programa a democratizar internamente a Ordem, a fim de possibilitar o atendimento das muitas reivindicações da classe e fazer com que ela tomasse posições em favor da redemocratização do País.

Com relação às reivindicações específicas dos advogados, o programa da chapa «Unidade e Participação», destacava, entre outros pontos: a valorização da profissão, através da instituição do salário mínimo profissional;

regulamentação da jornada de trabalho do advogado; estabelecimento da verdadeira previdência social, através da implantação da assistência médica; alteração da legislação relativa aos cálculos da aposentadoria.

O programa pregava a abertura de canais de participação a todos os inscritos; realização de um encontro anual dos advogados do Estado; reuniões regionais periódicas e outros. Quanto à conjuntura política do País a chapa se dispunha a lutar pela restauração do Estado de Direito, pela reconciliação nacional através da anistia imediata, pela convocação de uma Constituinte, pela revogação da Lei de Segurança Nacional pela extinção da figura espúria da incomunicabilidade de presos e pela eficácia do «habeas-corpus».

Porém, a oposição perdeu e Marco Túlio acredita a derrota a dois fatores. Um deles foi a manobra, feita na última hora, pela chapa «Azul», ao mudar os locais de votação na Capital. Ao contrário do que, tradicionalmente, se fazia — o único lugar de votação era na Faculdade de Direito do Largo São Francisco — a situação colocou urnas em mais dois lugares, na Universidade da Mackenzie e nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Acontece, diz, ele, que os advogados mais antigos que votam na situação votaram todos no Largo de São Francisco, enquanto os mais novos votaram nos dois outros lugares, mudados em cima da hora com um mínimo de divulgação. Por isto Marco Túlio ressalta que a abstenção no Mackenzie e na FMU foi de 30%, enquanto que na São Francisco, foi de apenas 15%.

Além disto, na sua opinião, a chapa «Azul», por não ter programa, fez sua campanha atacando alguns nomes da chapa de oposição, como por exemplo, Rogê Ferreira, a quem imputavam a condição de político e não advogado. «E isto não é verdade, pois Rogê Ferreira é advogado militante e procurador do INPS há mais de 25 anos».

Diferente, porém, é a opinião pessoal do advogado Luis Eduardo Greenhalg, um dos primeiros organizadores do movimento oposicionista, mas que não fez parte da chapa. Ele entende que, desta vez, o marco político que separava a oposição da situação foi muito pequeno. Acho que deveríamos ter avançado eles eram os reacionários e nos éramos os consequentes e a gente com a vontade de fazer uma frente, quer colocar todo mundo, reuamos um pouco». Como exemplo de recuo cita o fato de não se ter aceito no programa a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita ao invés da anistia conciliadora.

De qualquer forma, está sendo marcada uma reunião de avaliação dos resultados eleitorais. Porém, Marco Túlio antecipa que «como a oposição cresceu, isto vai fazer com que permaneçamos unidos visando o próximo pleito, e nos manifestando até lá, através dos meios disponíveis».

Fátima Barbosa

Jacob
Gorender:

ÁSPEROS TEMPOS, NOVOS RUMOS.

A nova geração acadêmica, especialmente professores e alunos de pós-graduação, talvez o conheçam apenas por conta de seu recente livro — «O Escravidão Colonial» (Ed. Atica-SP). De fato, a pesquisa de Jacob Gorender em torno da escravidão moderna, entrando fundo na análise da formação do capitalismo no Brasil, tem sido alvo de atraentes polémicas. Lançado no começo do ano, o livro já teve esgotada a primeira edição; e a segunda safra de cinco mil exemplares se anuncia para já.

Mas Jacob tem mais, muito mais para dar. Aos 56 anos, prático e pensador, tem os saldos — e retalhos — de toda uma experiência vital de quem se jogou desde a juventude no campo do compromisso político.

«Para muitos, toda essa movimentação seria ascendente e o regime militar não teria condições de freia-la».

— Puxando pela memória, Jacob, daria para você descrever como a esquerda recebeu o AI-5? Qual a reação da esquerda perante a coisa? Em consequência: as suas mudanças de tática, as novas diretrizes... Até que ponto o AI-5 reformula os projetos da esquerda no Brasil?

— O que posso recordar é que, de fato, 1968 foi um ano de grandes movimentos de massas, particularmente movimentos puxados pelos estudantes. Houve a famosa passeata dos 100 mil no Rio, uma grande agitação, também um pouco de movimento operário. O setor operário estava já tremendamente controlado e sua liderança tinha sido decapitada mas — em todo caso — ocorrem as greves de Osasco e Contagem. E também há uma importante luta no setor bancário, fato que nem sempre é lembrado.

Para muitos, toda essa movimentação seria ascendente e o regime militar não teria condições de freia-la. Claro que nem todos pensavam assim; alguns achavam que a tendência seria para o endurecimento do regime, como afinal se deu. Dos poucos que previam isso, quero citar aqui o Mário Alves, morto em 1971 numa prisão militar no Rio de Janeiro.

Lembro que em encontros com Mário, ele me dizia da hipótese de golpe, que o caso Márcio Moreira Alves iria desembocar em alguma medida repressiva em grande escala, etc. E veio o AI-5, fechado o Congresso, sem condições para maiores protestos populares. Que mais? Daí, o rumo que tomaram as esquerdas mais combativas já é do conhecimento geral; não há necessidade de especificação aqui...

A crença, falsa crença, de que o país continuava numa profunda crise econômica, e de que não havia saída para tal crise por parte do sistema dominante, levou a análise de que a repressão seria necessariamente sempre maior. Daí a única tática imediata era a tática revolucionária, da guerrilha urbana e da guerrilha rural. Foi o pensamento da esquerda que se generalizou naquela fase.

— Este pensamento tem um passado, tem suas raízes, não é?

— Eu quero lembrar aqui o período imediatamente anterior a 64, digamos assim, os primeiros anos da década do 60. Já então aparecem problemas que preocupam as pessoas de esquerda.

A inflação, estourando num ritmo cada vez mais alto, a carência no abastecimento de alimentos, dificuldades com relação aos empréstimos externos, estagnação nas exportações, enfim, uma série de problemas que vão se tornando graves e em meio de um ascenso de lutas populares.

A reação diante desses problemas substanciou, por parte das esquerdas, na proposta das chamadas reformas de base, que é um tema um tanto vago que cada um interpretava à sua maneira. Incluía uma série de nacionalizações na indústria farmacêutica, a reforma urbana, a reforma agrária, moratória, uma série de medidas. Mas a verdade é que as forças de direita também tinham suas reformas, tinham um conjunto de medidas que pensavam aplicar. Ou se fazia reformas, como as propostas pela esquerda, ou se fazia reformas como aquelas que pensavam os conservadores.

A questão então era quem ia ganhar a parada, a questão ia se resolver no plano político, não podia seguir como estava. E sabemos qual foi o resultado. Ganharam as forças de extrema-direita, que implantaram no país um regime militar e aí então, nesse particular, devemos acrescentar uma outra circunstância: já em 63 surgem as primeiras notícias de recessão, de queda do ritmo econômico, de desemprego. Essa notícia de desemprego não chamou muita atenção da esquerda, mas era o primeiro sinal da queda do ritmo econômico 64 ainda foi um ano de ascenso, já 65 não. Este foi francamente um ano de crise e não só por causa do governo, mas porque realmente é o fim de um ciclo.

— Qual a causa principal deste fim de ciclo?

— Para mim foi a crise dos investimentos. Momentaneamente não havia como continuar no mesmo ritmo; a indús-

tria automobilística já estava montada, tinha feito o grosso dos investimentos para aquele período. E assim, em uma série de outros setores da economia, isso ia repercutindo em cadeia.

— Você não acha, por exemplo, que o Plano de Metas do Juscelino, construir 50 anos em 5 e tal, almejava um tipo de desenvolvimento para o qual as reformas de base, propostas pelas esquerdas, se apresentavam como uma contra-tendência?

— Sim. As reformas não poderiam ser viabilizadas no quadro do Plano de Metas. Sem dúvida, as reformas propunham um outro tipo de desenvolvimento para o País. Segundo alguns, seria desenvolvimento nos quadros do capitalismo, para outros seria já um caminho, uma via em direção a uma economia socialista. Mas, de qualquer maneira, não adianta discutir agora obre as reformas de base, porque elas não tiveram como ser aplicadas.

As reformas aplicadas foram aquelas que queriam os setores das classes dominantes, particularmente os setores mais direitistas ligados às multinacionais, etc. São uma série de medidas bastante co-

«Se o país voltasse a um regime democrático, a classe operária não permitiria que continuasse o arrocho salarial».

nhecidas hoje a primeira delas o arrocho salarial, que foi a primeira coisa a ser feita, que foi a pedra-de-toque de todo o programa.

Conter os salários, rebaixá-los, impedir aumentos, enfim, esse foi o item mais importante da política antiinflacionária. Ao lado disso aquelas reformas, que atingem o quadro institucional sem tocar nos seus princípios capitalista, ao contrário, reforçando-os. Criou-se — por exemplo — um mercado de capitais no sentido mais moderno, uma correção monetária, uma série de medidas legislativas. Criou-se o mercado de capitais que viabilizou a canalização da poupança da classe média e de outros setores das camadas mais altas. As financeiras, por sua vez, encaminharam essa poupança para as indústrias de automóveis, de bens de consumo duráveis.

Eis alguns dos fatores do milagre brasileiro. E mais: a reforma fiscal que modernizou o sistema tributário, tornando-o mais eficiente, o BNH que propiciou uma série de iniciativas — de um lado empregava mão-de-obra e de outro criava investimento, tinha um efeito multiplicador. Além disso, o incentivo às exportações aumentaram. Isso funcionou e para isso o esquema era extremamente adequado. Ele cortou toda a oposição, manteve a classe operária sufocada.

— Aí entra o AI-5 como suporte político do esquema. Qual o papel do AI-5?

— O AI-5 garantiu a continuidade da aplicação desse programa. Se o país voltasse a um regime democrático, a classe operária não permitiria que continuasse o arrocho. Então, uma das bases do programa governamental cairia por terra.

Sem dúvida, o AI-5 foi um instrumento que deu poderes ditatoriais ao governo, poderes maiores do que ele já tinha. A política de facilidades, às multinacionais também teve influência nesse período de ascenso econômico, sem dúvida alguma, porque incentivou os investimentos e isso não é uma coisa estritamente espontânea. A fase do ciclo era ascendente, mas a política governamental levou esse salto até um crescimento de 14% do PIB em 73, taxa inédita no Brasil.

— Há pouco você afirmou que já no segundo semestre de 68 o arranque do milagre era dado. Ao que parece, isso passou por cima do pensamento da esquerda que não via nada disso acontecendo. Ao contrário, as análises eram feitas no sentido de que estava tudo no buraco e que era irre recuperável a economia...

«Insisto: a esquerda no Brasil deveria abandonar a idéia de que sua luta se legitima ou não em relação ao desenvolvimento econômico».

— Claro. Depois de 64, vem '65 que ainda é ano de crise. 66 e 67 são anos de estagnação. O pensamento generalizado nas esquerdas é de que tudo se tratava de uma crise de estrutura, para a qual

não existiria saída senão a revolucionária. Esse pensamento era mais ou menos generalizado. E se a esquerda prática, aquela que atuava politicamente, não tinha muito tempo para se deter em análise econômica, alguns economistas mais ou menos responsáveis elaboraram naqueles anos a teoria da estagnação.

Diziam que a economia tinha entrado numa fase de estagnação e que não sairia dela sem certas medidas, como a proposta do Celso Furtado da mudança do perfil da distribuição de renda. Entretanto, sem mudança do perfil da distribuição da renda, ao contrário, até com acentuação da concentração da renda, a verdade é que o desenvolvimento se deu. Isto é, o crescimento da economia se verificou.

Insisto que seja dito e colocado: a esquerda no Brasil deveria abandonar por inteiro a idéia de que sua luta se legitima ou não com relação ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido qualitativo: ou se adotam as medidas que ela propõe ou o país não cresce! Essa idéia tá totalmente superada. O Brasil, não de hoje, mas de alguns decênios pra cá, é um país em que predomina o capitalismo. Assim, a tendência da economia é para reprodução ampliada. É uma tendência inelutável.

Então pode ser com ritmo de 1,5% ao ano como de 10%, não importa, mas a tendência é para o crescimento do volume dos bens de serviços que a economia pode oferecer. Que ofereça de maneira desigual, isso é próprio do sistema. Esperar que ele seja igualitário seria ingênuo! Então não podemos dizer que só haverá crescimento da economia se houver reforma agrária, ou se as multinacionais forem expulsas do Brasil. Ora, as multinacionais também hoje têm interesse que a economia brasileira cresça, porque elas vivem disso. É ingenuidade supor que as empresas estrangeiras instaladas no Brasil não fazem parte do sistema econômico nacional E, como parte dele, elas têm de se comportar de acordo com as regras do jogo aqui dentro. Ou fazem isso, ou são obrigadas pelo próprio governo a exportar.

— Quería explorar mais um pouco essa coisa, porque me parece que esse problema da esquerda buscar no desenvolvimento econômico uma resposta para seus projetos, eu acho que isso tem origem teórica em duas concepções errôneas. Uma delas, que seria da sociologia funcionalista americana, de que o sistema econômico é homogêneo e estável e a crise é um momento de desestabilização que surge temporariamente. A outra versão é a da crise estrutural, que o capitalismo por si só é um regime que vive em crise, é a crise genérica do capitalismo, que leva a derrocada final. Acho que essas duas idéias impedem você de ver a luta de classes permanentemente no interior do estado e da sociedade. Gostaria que você falasse sobre isso.

— Eu concordo que existe uma versão catastrófica, idéia de que a qualquer momento a catástrofe surgirá, que o sistema está envolvido em tais contradições com as quais jamais poderá conviver. Depois da crise de 29 e 33, a chamada «grande depressão», surgiram, durante onze anos a fio, prognósticos de economistas soviéticos a respeito da «próxima grande depressão». Eu não sei se ainda hoje eles continuam nesse prognóstico. Mas eles demoram muito a aceitar que as medidas Keynesianas antiinflacionárias têm seus efeitos, produzem resultados.

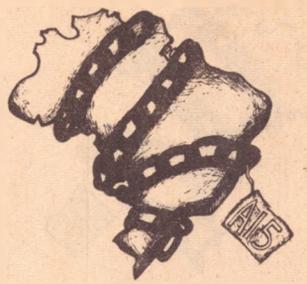
Eu acredito que essa concepção vem da idéia da revolução democrática burguesa, de que o Brasil é um país semi-feudal e que enquanto ele for semi-feudal não há jeito de avançar, não há maneira de sua economia se expandir. Daí teríamos de varrer o que existe de semi-feudal, que seria o latifúndio; teríamos de varrer também com a dominação imperialista, porque ela é eminentemente sugadora de recursos e tal.

Ora, isso é uma visão simplista e falsa. Em primeiro lugar, eu não concordo com a tese de que o Brasil tenha sobrevivências feudais. O Brasil é um país capitalista e com o latifúndio e com a dominação imperialista a tendência da sua economia é para se ampliar. Isso não torna a economia brasileira algo de benéfico à sua população, longe disso, mas ela é uma realidade. Não podemos disputar se a economia vai crescer ou não, ela terá ainda fases de crescimento que poderão não ser rápidas como a de 68 e 73; mas que poderão ser fases de crescimento.

Como em 1968, o tempo exige que se afastem os otimismo exagerados e levianos. Soluções de força podem se repetir, o perigo não está afastado, sobretudo no momento em que a crise econômica vai caindo no desfiladeiro.

Entrevista a Fernando Falcão e Jorge Baptista

10 ANOS
DE AI-5



Jacob Gorender

Proposta: «O ataque tem que ser feito por vários lados».

— Entre os que pensam e pesquisam pela esquerda, existe uma safra de diagnósticos do quadro negro, existe mapeamento e denúncia da dívida externa, da inflação, etc. Entretanto, há pouca coisa elaborada em termos de propostas populares para atacar este ou aquele problema. A esquerda não tem propostas? Não deve ter?

— Acho que há algo muito mais importante do que continuar se empenhando em demonstrar que a renda se concentrou. Não quero dizer que isso não seja importante. E mas do ponto-de-vista de política prática, caberia elaborar um programa antiinflacionário, que não tornem as camadas populares vítimas, mas que as beneficie. Claro: tal programa implica numa mudança da política econômica, pois implica algumas medidas de fundo, em medidas que toquem também a reforma agrária. Veja bem, não estou propondo nenhum programa, são apenas alguns itens. Um programa antiinflacionário, ao meu ver, não podia de deixar de tocar no problema do balanço de pagamentos, e aí entra a questão da dívida externa, etc.

Basta dizer que este ano, em São Paulo, a carne aumentou em 100% e esse é um item básico de alimentação da população. Sei também que reforma agrária, com a distribuição de propriedade fundiária não tem efeitos antiinflacionários imediatos, mas a médio prazo, se bem encaminhada, e certo que isso pode oferecer uma mudança sensível. Estamos numa situação no Brasil que é o inverso da lógica da teoria econômica. O open market, que funciona nos Estados Unidos, normalmente é um meio de controle dos recursos monetários circulantes, quer dizer, serve de controle antiinflacionário ou de impulso dos investimentos, na medida em que aumenta ou diminui os recursos no poder público. Já no Brasil e o campo da mais desenfreada especulação financeira.

O ataque tem que ser feito por vários lados, num verdadeiro programa antiinflacionário que deve conter múltiplos itens. Este programa só poderia ser aplicado por um governo democrático, um governo que fosse eleito diretamente pela massa da população.

É evidente que a classe operária só poderia responder aos seus problemas, defendendo seus interesses, na medida em que luta por suas reivindicações, pelo seu pão, pela liberdade sindical, pela liberdade política. Assim como as outras camadas também assalariadas da população, a classe média, como os médicos recentemente. Neste contexto, precisamos de um novo programa antiinflacionário e os economistas de oposição deveriam propor

medidas concretas a esse respeito, medidas viáveis, compreensíveis, que pudessem inspirar a luta política.

— E a nossa dívida externa? — Há poucos dias a Folha de São Paulo observou que de 47 a 67, a dívida externa brasileira cresceu a 12% ao ano. De 67 a 77 subiu a 29% ao ano. Esta é uma afirmação que gostaria de dar ênfase, pois como as coisas estão andando, a moratória é inevitável, não haverá outra solução. E o responsável por essa moratória, isso deve ficar bem claro, não é nenhum governo comprometido com forças de esquerda, mas é o governo militar.

Talvez ele largue esta batata quente para um governo civil para que este assumira a responsabilidade, assim como os generais alemães derrotados jogaram sobre o governo social-democrata, depois da 1ª Guerra Mundial. Os derrotados não foram eles, mas os civis. Também isso pode se dar amanhã aqui no Brasil.

O que nos estamos assistindo? Ainda hoje um jornal dizia haver um anteprojeto pretendendo vender a floresta amazônica por 18 milhões de dólares. Há cerca de dois anos atrás contou-se — claro, nunca há provas concluentes, são boatos, balões de ensaios, mas onde existe fumaça, existe fogo! — de uma proposta do Secretário da Fazenda Americano, William Simon, de compra da Petróbras, como pagamento da dívida externa. Bom, essas soluções são evidentemente inviáveis, solução mesmo é a moratória, e ela não é nada de extraordinário, porque afinal foi o que se fez na década de 30 com a dívida externa.

O Brasil também não tinha condições de pagar naquela ocasião. No governo de Getúlio e que foi estabelecido um novo plano de pagamento, houve um corte do mesmo durante alguns anos, depois os credores chegaram a um acordo com o governo e a dívida foi paga de fato, mas dentro de um novo plano que permitia ao país sanar-se.

— Mas a moratória exigiria novo tipo de relações externas, nova política, quebra de certos compromissos e aceitação de outros. No caso atual, o problema pega direto o Estado brasileiro, que é o maior devedor aí fora, né?

— Sem dúvida, uma medida como a moratória implica numa nova postura frente ao capital internacional, num novo sistema de alianças no plano externo, enfim, uma política exterior diferente dessa que existe atualmente. E, na medida que a política externa se liga à interna, e claro uma nova política interna se faria necessária.

Existe uma base política que permite avançar? Existe.

Se o AI-5 não teve um papel determinante no dito «milagre da economia» ele foi um suporte político-institucional decisivo para tal. Hoje, formalmente, o AI-5 se extingue. Você acha, Jacob que o regime pode mesmo abrir mão deste instrumento?

— Essa é uma questão estritamente política e que se resolve no plano do conforto entre as forças políticas. Então, não pode dar uma resposta com absoluta precisão. O que estamos assistindo é a impossibilidade do regime militar de sobreviver da mesma maneira como ele atravessou todo esse tempo. Ele está tentando sobreviver numa nova situação política. Por isso é que o AI-5 vai ser extinto, mas vai ser substituído por outras medidas que aparentemente não são tão violentas, mas que de qualquer maneira não deixarão de ser eficientes. Aí está a Nova Lei de Segurança Nacional, pior do que a anterior. O regime militar tem feito uma série de concessões, mas sempre procurando conservar as regras de mando.

— O quadro atual revela certa tensão, também indecisão. Temos crise política e crise econômica. Outem, por exemplo, o Afonso Arinos — depois de um papo com Figueiredo

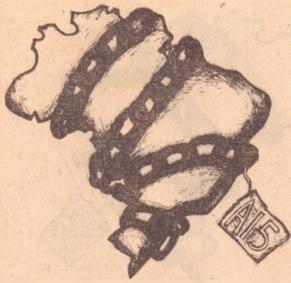
— já veio propondo a velha tese da «conciliação nacional». Pra onde vamos?

— Eu creio que podem voltar as situações críticas. Soluções de força podem se repetir, o perigo não está afastado, sobretudo no momento em que a crise econômica vai caindo nos desfiladeiros, que as opções vão se tornando mais precárias.

— Ao meu ver, isso exige que se afastem os diagnósticos eufóricos, os otimismo que são fatos exagerados e levianos. Existe uma base política hoje, que permite avançar no sentido de maior alargamento de um espaço democrático? Existe. Pois é nesse sentido que as coisas devem ser mais sem ilusões sobre as intenções dos que estão do outro lado.

— Para enfrentar a crise econômica, fazendo que as classes populares paguem o pato, como sempre, eles podem engrossar na base da linha dura repressiva. Faz parte, não é?

— Exato, temos por exemplo a possibilidade de evitar que se aplique um programa antiinflacionário semelhante ao do ano de 65. Hoje, a luta contra a inflação pode se fundir com a luta democrática. E pode oferecer uma perspectiva diferente. A luta contra a inflação, é um problema político.

10 ANOS
DE AI-5

Foi justamente a partir de 64 que a UNE (União Nacional dos Estudantes) conseguiu maior representatividade entre os estudantes. Essa situação se estendeu durante os anos seguintes até culminar com o Congresso de Ibiúna, realizado clandestinamente em meados de 68 e reprimido com violência.

Meses antes, porém, a situação já não se apresentava favorável à atividade política-estudantil. A repressão do regime militar dava uma margem pequena a qualquer tipo de oposição mais articulada. Nessa conjuntura, se iniciou o processo de desarticulação da UNE. E, foi nesse estado que a entidade recebeu o decret do AI-5, em dezembro de 68.

A diretoria da UNE, entretanto, não entregou os pontos. Procurou evitar a qualquer custo a desarticulação total do Movimento Estudantil. Nesse sentido, chegou a realizar três experiências positivas: a campanha nacional contra o 477 e contra as torturas, em 69 e as manifestações contra o Rockefeller.

Foi José Genoino Neto que, esta semana lembrou esses fatos ao «Em Tempo». Genoino, quando o AI-5 foi decretado, era presidente do DCE de Fortaleza. Logo em seguida assumiu a diretoria da UNE, cargo que exerceu até julho de 1970. Essa última diretoria foi a que «segurou todo o peso da repressão». Quatro diretores foram mortos e três banidos do país. Assim, Genoino se considera «um dos sobreviventes».

Todo esse clima refletiu diretamente na organização dos estudantes. Entre outras coisas porque como a diretoria vivia na clandestinidade e era muito arriscado para ela entrar em contato direto com os estudantes. Ao mesmo tempo as entidades de base como os CAS, os DCEs e as UEEs estavam sendo fechadas e perseguidas.

Apesar de todas essas circunstâncias adversas, houve uma resistência — que Genoino classifica de «meio desespera-

UNE: “A resistência desesperada”.

José Genoino Neto é o único membro da última diretoria da União Nacional dos Estudantes que se encontra no Brasil.

Os reflexos do AI-5 na gestão da qual participou Genoino podem ser aferidos por um simples dado: na época, quatro diretores da UNE foram assassinados.

Genoino conta a resistência «meio desesperada» da UNE e mostra como a luta armada se transformou numa resposta à violência do AI-5.

da — da diretoria da UNE para segurar o processo de desarticulação já iniciado. Assim, se fez, ainda em 69, três conselhos da UNE, que consistiam na reunião da diretoria com dois representantes de cada estado. Se realizaram, também, lutas localizadas, como no Rio Grande do Sul, contra a demissão dos professores e em São Paulo, no aniversário da morte de Edson Luiz, em 1970. Havia, ainda, um jornal que pretendia a normalização dessas lutas e a propagação da proposta da UNE junto aos estudantes.

Esses esforços, porém, não alcançaram resultados práticos a curto prazo. Já a partir de meados de 1970, se aprofundou a desarticulação do movimento popular democrático e, consequentemente, da UNE, uma vez que essa entidade, além de estudantil, assumiu uma dimensão maior na conjuntura política do país. Dessa maneira, UNE foi perdendo seu vínculo com os estudantes e a diretoria se viu diante de um isolamento das bases. Nessa época — com diz Genoino — «a UNE existia como nome, mas enquanto entidade executiva, conduzindo a luta dos estudantes, sua atividade estava muito dificultada». E acrescenta:

«A desarticulação estava se aprofundando. O AI-5 veio e pá, acabou com tudo. Houve um processo de aprofundamento da repressão política. Todo o aparato repressivo e jurídico começou a aprofundar a sua atuação a nível nacional. A desarticulação do movimento de oposição foi se aprofundando e a diretoria

da UNE sofria os reflexos disso. Era difícil representar o conjunto dos estudantes».

Nesse meio tempo, improvisaram-se formas de poder continuar atuando politicamente com uma margem menor de risco de «cair», ou seja, ser preso ou mesmo morto. Uma delas foi a mudança de estados dos líderes estudantis, uma vez que não havia jeito de um membro da diretoria da UNE agir no seu estado de origem. O próprio Genoino, que era do Ceará acabou vindo para São Paulo. Havia também a preocupação de fixar diretores da UNE nas várias regiões do país para tentar manter o contato com o que restava dos centros acadêmicos e com os estudantes mais conscientes e que continuavam mobilizados mesmo depois do AI-5.

A opção armada

Mas, a falta de opções que a oposição, na época, julgava existir — já que as ofensivas pacíficas pareciam não surtir o efeito desejado — levou ao caminho mais radical: a luta armada. Genoino, que também é ex-guerrilheiro da região do Araguaia, diz que «no meu caso específico, a luta armada não foi colocada como uma consequência do AI-5, uma vez que o movimento já estava sendo preparado desde 66».

De uma maneira mais geral, no entanto, pode-se afirmar que o AI-5 deflagrou a violência da oposição, que foi obrigada a responder à agressão através das armas para abrir os caminhos obstruídos pelo arbítrio. É claro que a edição do AI-5 não

foi o único fator responsável pela intensificação da luta armada no país. Na conjuntura do momento podia-se detectar o refluxo da atividade política, o medo, a apatia que também contribuíram para a análise que apontava falta de opções. Este perigo assim é justificado por Genoino.

O AI-5 foi um produto do nível de contradições políticas que existia na sociedade brasileira e a resposta do regime militar foi o golpe dentro do golpe. Ele veio institucionalizar a violência em larga escala, tanto a violência política como violência generalizada no país. Você tem o balanço do AI-5: centenas de mortos, milhares de cassados, a falta de atividade política no país, as escolas fechadas, escolas invadidas, estudantes mortos, professores cassados. A liderança do movimento estudantil, da qual eu fazia parte, tinha um compromisso político e diante daquela violência institucionalizada, a resposta (a violência é produto de reações antagônicas) e se situa no bojo dessa violência. A resposta foi reagir usando novos meios, usando as armas para abrir os caminhos obstruídos pela violência do AI-5. A violência foi iniciativa do regime. Uma opção para alguns estudantes que eu conheci era continuar a luta política. Essa opção era clara desde 68, mesmo com o arbítrio e clima de terror. Havia uma preocupação séria de continuar a luta, mesmo com a clandestinidade, com a ameaça de ser preso ou morto. A gente sabia que estavam prendendo, torturando. Era uma decisão consciente de continuar a luta. Houve um refluxo da atividade política mais geral da sociedade brasileira, o medo, a apatia, a falta de atividade política mais amplas, é claro que jogou o problema da luta armada, pela violência já institucionalizada, como uma das saídas, respostas para enfrentar a situação».

Reanimação

Hoje, na posse de elementos que permitem uma avaliação mais crítica do período, a própria esquerda brasileira reconhece os erros cometidos. Genoino, que hoje, aos 32 anos, é professor de história do Brasil do Equipe, por exemplo, afirma que «o problema maior foi a gente não ter sabido se situar no devido momento político. O processo de resistência teria que estar mais ligado com as massas e encontrar novas formas de incorporá-las ao processo político. Assim, se havia um clima de apatia e terror, tinha que haver uma correspondência nas formas de como se chegar ao povo. E, como isto não ocorreu, criou-se o grande problema do isolamento».

Esse erro, entretanto, não deve ser creditado apenas à luta armada. Também os movimentos pacíficos embora ilegais e clandestinos, de oposição (operação tar-taruga, comícios, panfletagem, jornais, etc) não conseguiram atingir as bases operárias de maneira eficiente.

Nessa avaliação do comportamento das esquerdas diante do AI-5 e da repressão generalizada do regime na época não se deve, porém, negar simplesmente tudo. Na opinião de Genoino, «essa seria uma visão fatalista, idealista e direitista da experiência». É preciso, portanto, julgar o período com muito equilíbrio.

Atualmente, ao fazer a auto-crítica, a esquerda brasileira se penitencia, além do seu isolamento, do erro ao analisar as perspectivas de crescimento da economia brasileira. Genoino diz que «houve um certo menosprezo da capacidade de desenvolvimento econômico nacional». A longo prazo — continua Genoino — «a gente sabia que ia dar no que deu: inflação, custo de vida elevado, concentração da renda, etc. maléficis principalmente à classe operária. Mas, a curto prazo o efeito foi contrário: o crescimento econômico chegou a atenuar alguns setores oposicionistas. A classe média e a pequena burguesia foram beneficiadas momentaneamente por aquele processo. A repressão acabou sendo respaldada por esse crescimento econômico e muita gente se calou. Eu acho que esse elemento poderia ter sido levado mais em conta naquela época».

E no Brasil de hoje, depois de dez anos de AI-5, quais as condições efetivas da luta política?

Hoje, segundo análise de Genoino, «existe uma conjuntura objetivamente favorável, mas uma defasagem muito grande com as condições subjetivas. É aquela história de saber se preservar para certos momentos...»

E quais seriam os elementos que determinam a «conjuntura objetivamente favorável?»

Hoje, continua Genoino, «se tem aí uma classe operária mais concentrada, mais consciente, com confiança na sua força e que está sofrendo as consequências do chamado milagre brasileiro». Essa classe, aliás, foi formada devido ao próprio crescimento econômico que permitiu o aumento do número de empregos e uma certa especialização. Esse, entretanto, não é o único elemento. Tem que se ver também, conclui Genoino, «que essa mobilização dos trabalhadores não acontece isoladamente mas sim num processo geral de reanimação da luta política no país».

Cara a cara com o AI-5 (na prisão)

Altino Rodrigues Dantas Júnior está preso desde maio de 1971. Foi julgado em quatro processos em Auditorias Militares, sendo condenado a um total de 93 anos. Após recursos a tribunais superiores, ainda continua sujeito a uma pena superior a meio século: 64 anos e 6 meses. Ex-dirigente da UNE em 1966. Altino foi acusado de ser um dos fundadores do (PRT). Eis seu ponto de vista sobre o AI-5:



Da mesma forma que o AI-5 não determinou a radicalização da esquerda, não foi determinado por ela. Entendemos que este ato de força teve várias causas: a crise da própria ditadura (veja o caso da «destituição» de Costa e Silva), a falta de base social do regime e a consequente necessidade de endurecimento para fazer valer seu programa de concentração de renda (lembramos as 5 mil falências só em São Paulo naquele ano).

O chamado «milagre econômico» que beneficiaria pequenas parcelas só seria viável dentro de um regime de força total como o que foi implantado pelo AI-5. O episódio do Congresso, com o discurso de Marcio Moreira Alves, não passou de mera desculpa.

Autocrítica

Para completar este breve esboço gostaríamos de ressaltar o quanto o AI-5 representou um retrocesso no desenvolvimento político brasileiro, implantando massacre e terror no país. Hoje, seus autores falam em «reformas», mais uma vez impostas, mas que na essência em nada modificam o caráter da ditadura.

Não estariam sendo consequentes se não destacássemos aqui a nossa profunda autocrítica com relação ao período militarista de 68 a 72. Afirmamos porém que esta autocrítica em nada modifica o caráter da ditadura que implantou o terrorismo contra o povo brasileiro.

Nossa autocrítica não tem sentido de meaculpa, mas de renovado compromisso com a luta dos trabalhadores contra o capital, que hoje passa necessariamente pela luta por democracia. Altino Rodrigues Dantas Jr.

Aldo Silva Arantes foi preso em dezembro de 1976, acusado de ser dirigente do Partido Comunista do Brasil — PC do B. Condenado a cinco anos, teve sua pena reduzida para quatro pelo Supremo Tribunal Militar. Presidente da União Nacional dos Estudantes UNE —, em 1962, Aldo está hoje com 39 anos. Seu depoimento sobre o ano de 1968 e o AI-5:



“A crise política de 68 demonstrou que os instrumentos repressivos criados pela ditadura militar a partir de 64, não haviam conseguido aniquilar a resistência popular.

O movimento de massas retomara sua iniciativa. Contudo, sem amplitude e profundidade suficientes para conquistar a democracia e deter o avanço do fascismo. As manifestações operárias foram em número relativamente reduzidas, localizadas basicamente em torno de reivindicações salariais. No campo, a luta pela terra e a luta salarial, também, tiveram pouca amplitude.

Brasil, 1968.

Ja entre os estudantes a luta alcançou dimensão maior e teve expressão nitidamente política. Esta dissintonia entre o nível e o caráter da mobilização estudantil e o das demais forças sociais representava um sério obstáculo para uma vitória das forças democráticas. No entanto, a esta consciência não chegou o movimento estudantil. Ele era conduzido como se de manifestação em manifestação chegar-se-ia a derrubada da ditadura.

A in tência em tal prática aumentou a distância que havia entre o movimento estudantil e as demais camadas sociais.

Este processo foi acompanhado pela aglutinação crescente de forças fascistas que, a partir do AI-5, tiveram suas posições elevadas a condição de política. A burguesia monopolista, que se tornara hegemônica no Estado brasileiro com o golpe de 64, interessava a adoção de novas e radicais medidas repressivas que liquidando com a resistência popular garantissem a viabilização do novo modelo econômico «a todo custo e a curto prazo».

EXCLUSIVO

Do presídio Barro Branco, em São Paulo, onde se encontram encarcerados, Aldo e Altino, dois ex-líderes estudantis depois militantes de organizações revolucionárias, falam ao EM TEMPO.

ALTINO DANTAS

«Nossa auto-crítica em nada modifica o caráter da ditadura que implantou o terrorismo contra o povo».

ALDO ARANTES

«Forças fascistas, a partir do AI-5, tiveram suas posições elevadas à condição de política estatal».

10 ANOS DE AI-5



Florestan Fernandes Revolução não se faz na Universidade

O professor aposentado compulsoriamente pelo Ato-5 avalia a intervenção das forças oposicionistas em 1968: «era preciso um esforço de organização que não foi tentado. O que eu temia que acontecesse foi justamente o que aconteceu. Facilitamos o caminho da reação e acabamos sofrendo uma derrota amarga».

(Por Prado Jr. e Olgária Matos)



Florestan Fernandes era professor catedrático do departamento de ciências sociais da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, de onde foi compulsoriamente afastado por força do Ato-5. Com uma vasta obra de artigos, ensaios e livros, leciona atualmente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ele foi entrevistado esta semana para analisar o tema da universidade e Ato-5.

Conter o pensamento do professor em nove laudas de jornal é sempre uma violência. Contra quem faz a matéria, e sobretudo contra o professor. Foi preciso

— O ano de 1978 na Universidade de São Paulo foi marcado por intensa movimentação política: a luta dos excedentes, a morte de Edson Luiz, a tomada da Faculdade de Filosofia, os cursos livres de férias, as comissões partidárias, a guerra com o Mackenzie. Num final de tarde na rua Maria Antônia, totalmente tomada por estudantes um alto falante na Faculdade de Filosofia tocava a Internacional. Nesse clima de euforia não faltaram atritos entre movimento estudantil, o corpo docente e a congregação da USP. Como é que o sr. se colocava naquela ocasião?

— Naquela ocasião eu tinha uma posição de apoio total ao movimento chamado de reforma de estrutura, de oposição à ditadura. Foi um dos momentos de minha vida que lutei de maneira mais tenaz e aberta contra o regime que tinha se instaurado em 64. Lutei o ano de 1968 todo.

Só que no plano interior da Universidade eu tinha um pequeno atrito com o movimento estudantil. Que eu apoiava inteiramente, mas discordava no fato de achar que o problema não era interno à Universidade. Tratava-se de lutar fora da Universidade. Inclusive eu dizia que a revolução não se fazia dentro da Universidade, que a Universidade de todos os países eram uma instituição conservadora. Ao mesmo tempo eu era a favor das várias mudanças pretendidas pelo movimento estudantil, que era o único processo que estava ocorrendo em desafio aberto à ditadura.

Quer dizer, o atrito vinha mais daquilo que você chamou de euforia; em era contra essa euforia. Acho que na luta política é preciso uma visão mais concreta nas relações entre meios e fins. Nós não vivíamos numa sociedade democrática onde seria possível desafiar o regime existente na base do berro. Era preciso um esforço de organização que não foi tentado. O que eu temia que acontecesse foi justamente o que aconteceu. Nós facilitamos o caminho da reação e acabamos sofrendo uma derrota amarga.

reduzir e sintetizar o que é vivo, fluido e abrangente.

E não foi bastante restringir o tema às consequências do AI-5 na vida acadêmica. Claro, porque para Florestan Fernandes a universidade não está desligada de um contexto da sociedade de classes com todas as tramas que isto reproduz. Nem, portanto, de uma perspectiva clara que o intelectual deve ter como parâmetro: a integração de seu trabalho com os problemas da maioria da população. «É preciso se unir ao povo e enfrentar os problemas comuns dentro de uma ética que não seja elitista, que seja a imersão dentro dos problemas mais graves do homem comum».

Vamos à conversa:

Em 1968, já vínhamos perdendo força. Basta comparar as diferentes demonstrações públicas. No Rio de Janeiro chega-se a uma manifestação com mais de 150 mil pessoas. No fim não conseguimos levar nem 30 ou 40 mil. Em São Paulo começa com 30 mil e depois na última, na praça Ramos de Azevedo, tínhamos umas 5 mil pessoas quando muito. Isto quer dizer que nós estávamos perdendo o apoio, não por falta de potencialidade para se obter apoio, mas porque as mensagens que foram levadas para a massa eram mensagens que não despertaram este apoio. Eram alienadas e estavam totalmente distantes da realidade. Desde logo, não acho suficiente dizer «o povo no poder». Isto não é mensagem. E foi exatamente por causa dessa falta de substância política que o movimento se desgastou, e no fim não tinha mais uma linguagem capaz de servir de base de luta contra o regime.

— Depois vieram as aposentadorias compulsórias.

Começa quando uma comissão de professores foi indicada pelo Conselho Universitário por iniciativa do Reitor, prof. Gama e Silva. Ele foi o «herói» da proposta e a USP tem essa «honra» de ser a Universidade que constituiu uma comissão com três professores catedráticos da congregação no Conselho Universitário para elaborar essa lista. O que, ao meu ver, é um procedimento tipicamente nazista.

Como o Sr. reagiu pessoalmente naquele episódio?

— Nós estávamos numa luta contra o regime. Eu tinha que receber aquilo como alguma coisa que estava na previsão. Agora, a aposentadoria foi uma ideia mistificadora porque destilou a ilusão de que não se estava realmente punindo. Porque se um professor é aposentado, ele ganha condição depois para trabalhar. Não se dizia que a maioria dos professores praticamente ficou com uma aposentadoria mínima. Eu tinha 25 anos, por isso eu tinha aposentadoria razoável. Mas havia outros professores que nem sequer

tiveram ocasião de pleitear coisa nenhuma. Uma maioria, que nem sequer chegou a ser punida formalmente, foi eliminada e ninguém se lembra deles.

— Ai está o maior prejuízo, porque a Universidade perdeu substância de crescimento gradual. Dos elementos que representavam já um patamar novo. O processo de desenvolvimento da Universidade não cessou sob essas condições, mas de qualquer maneira o prejuízo em termos de perdas humanas foi muito grande.

— De que forma o AI-5 teria contribuído para a destruição de projetos acadêmicos de orientação crítica e para o rebaixamento do nível de ensino e pesquisa na Universidade? Enfim, o AI-5 foi ou não um marco na repressão da intelectualidade brasileira?

— Ai é preciso considerar duas coisas. De um lado, é claro que o AI-5, em relação à vida intelectual, trazia uma tentativa de esmagar os intelectuais independentes. De submetê-los à tutela do espírito conservador. Mas na verdade, há intelectuais que continuaram dentro da Universidade e de outras instituições, e nem por isso deixaram de ser o que eram. Estes travaram uma batalha inglória porque, como não foram punidos, não foram os «campeões» das causas que defendiam. Continuaram a lutar como lutavam antes.

De outro lado, todo regime de opressão desencadeia processos antagonísticos. Toda situação de extrema tensão obriga as classes sociais a ir ao fundo do poço. Mas nesse processo de ir ao fundo do poço, os grupos que são reprimidos são obrigados a falar de sua mensagem, a lutar por seus fins dentro de um espaço político igual a zero. Essa criação num espaço político igual a zero é uma criação fecunda. (A gente se faz na ventania?). Nenhuma tirania conseguiu domar o homem. Se isso fosse possível não haveria história, não é? A primeira ditadura acabava com a história, e nós teríamos a história natural do homem e não uma história da Civilização. Exatamente por isso é que as universidades continuam. Quer dizer, universidade continuou a existir. Os professores continuaram a produzir.

A resistência estudantil não morreu, a luta política em todos os setores sociais não desapareceu, e os setores radicais se tornaram mais congruentes. E isso já é um avanço da sociedade brasileira como um todo. É um amadurecimento da luta de classes. É a consciência da luta de classes. E também é o que representa a revolução democrática dentro da cultura. Quero dizer que as bandeiras que foram levantadas em 60 não morreram, e elas se mantêm com uma maturidade maior, com o espírito mais sólido.

— Mas nestes 10 anos em que, os intelectuais de um lado, e o povo de outro, estiveram marginalizados da vida política.

— Não há uma marginalização do intelectual como e enquanto intelectual. Há uma marginalização do intelectual que toma posição. Então, nos fomos marginalizados e excluídos. O que se pode-

ria dizer e que a sociedade brasileira pagou um preço muito alto pela inexistência de um movimento socialista bastante forte. Porque culturalmente, para que o intelectual tenha uma experiência congruente, precisa sair das instituições fechadas. Da chamada torre de marfim. Sai de seu próprio mundo específico para ser posto dentro dos problemas da sociedade em nome de interesses de outras classes. Ora, isso não se faz no Brasil porque nós não temos um movimento de massas bastante forte. Um movimento sindical consolidado. Não temos um movimento operário com capacidade de atuação política. Não temos um movimento socialista avançado, maduro e capaz de criar tarefas para os intelectuais dentro da esquerda. É preciso que você se lembre, um dos manuais muito importantes na economia política e o de Rosa de Luxemburgo. Foi um curso que ela deu dentro do Partido. Aqui nós não temos isso. Se eu quiser dar um curso, tenho que dar dentro da Universidade. Agora, essa falta de elo entre o intelectual, a luta de classes e o movimento político organizado, faz com que ele gravite solto no espaço.

O intelectual está ligado a interesses de um lado ou de outro. Não é uma categoria abstrata. Mas não existem forças bastante organizadas que o levem a ter posições diante dos problemas concretos e pondo os seus conhecimentos a serviços de causas que não são só suas.

Eu não posso criar o que não existe. Isso é um processo coletivo. O intelectual ou acaba sendo um prisioneiro das elites hegemônicas das classes dominantes, ou transita em nome de causas que são avançadas, mas não têm dinamismo próprio. Ao excluir o proletariado, as massas populares, o trabalhador da cena política, o governo debilitou de maneira geral todos os grupos.

— Você não acha que nessas condições haveria possibilidade de alguns intelectuais serem cooptados, conforme você afirma em «Círculo Fechado» onde você vê a possibilidade de intelectuais da AI serem chamados a resolver os problemas que os militares não conseguiram? Nas condições brasileiras, com a quebra do AI-5 e com a política de conciliação de Figueiredo, não se está abrindo um espaço onde o regime possa cooptar os intelectuais?

— Nos estamos dentro de uma sociedade capitalista que é extremamente complexa. Você não pode pensar o capitalismo sem corrupção, e quando você pensa em capitalismo em termos de periferia, em termos de capitalismo dependente, você pensa em corrupção elevada a 5ª potência.

Se fala em corrupção no Brasil, no México, Paraguai como se fosse coisa de países dependentes. Mas os corruptores de onde vêm? Vêm das classes dominantes destes países, mas vêm também do exterior Das grandes potências. Das multinacionais e por aí fora. E como o parâ-

tro são os preços dos países avançados, é difícil resistir a esse preço. E muitos dos intelectuais da periferia, que parecem muito avançados, muito revolucionários, são avançados e revolucionários entre aspas. Estão sintonizados nessa orquestra.

Vocês vão ver. Por enquanto estamos lutando contra um regime despótico, depois vamos lutar contra as ambiguidades dos que se venderam. Alguns se venderam por 40 dinheiros, alguns por mais. Mas se venderam.

— Existe um movimento para reintegrar os professores aposentados compulsoriamente. Como o senhor vê esse movimento?

— Não tenho nenhuma necessidade de voltar à Universidade de São Paulo ou a outra qualquer. Se hoje dou aula na PUC, é apenas para exercer um dos meus papéis. Mas eu não vejo isso como uma coisa essencial. Toda essa experiência me levou a ver que os problemas centrais estão fora das instituições e estão dentro da sociedade. São problemas que dizem respeito a dominação imperialista, a hegemonia burguesa. Então, eu não vejo o problema de volta a Universidade.

Eu nunca abandonarei as causas pelas quais eu lutei. Eu não desertei daquelas causas, e não vejo a minha volta como uma retomada de normalidade. Não existe isso. Inclusive, alguns dos trabalhos mais importantes que fiz foram depois disso. Depois que abandonei a carreira intelectual no plano acadêmico. No Canadá, depois de um ano como professor contratado, já tinha me tornado Senior na Universidade de Toronto. MDBois anos depois me demiti. Uma coisa muito difícil de entender por que poucos professores fariam isso. No Canadá ou nos EUA, uma pessoa que fez isso passa por louco, porque eu estava numa situação em que tinha estabilidade total. Um cargo muito bom muito bem remunerado e com condições de trabalho que eu nunca tive anteriormente. Eu voltei para não ser nada aqui. Para continuar trabalhando nas condições em que eu conseguí criar aqui, dentro deste escritório. A minha vida continuou a mesma. Quer dizer que eu não desertei das causas. Não preciso da Universidade para ser intelectual e cumprir as minhas tarefas como eu as vejo. Eu acho que os meus colegas que passaram pelas mesmas experiências, cada qual fez as mesmas coisas no seu nicho pessoal. São verdadeiros nichos porque cada um de nós teve que criar uma montagem para sobreviver. E eu digo com orgulho que eu não preciso da Universidade para sobreviver. Vários colegas meus quiseram saber porque eu havi abandonado o meu lugar na Universidade de Toronto. E uma hipótese mas eu creio que quis mostrar que não preciso da Universidade de São Paulo. Uma resposta que poderia parecer orgulho, empáfia. Mas quase sempre essas explosões verbais têm um significado profundo. E uma tentativa de mostrar que a minha rebeldia sobreviveu por outros meios, e que tem outro solo histórico. E esse solo não está dentro da Universidade.

AS CICATRIZES DEIXADAS PELO CASSETETE GLOBAL

Sob o império do Ato-5 se desorganizou o pouco de democratização que havia em termos de cultura no Brasil. A repressão que ele institucionalizou favoreceu o desenvolvimento disfarçado de doutrinas oficiais, como parte de um esforço nacional antimarxista, ou anti-tudo aquilo que a esquerda, antes de 64 ou 68, levantara de preocupação social nas artes e na cultura. Assim, puderam crescer o estruturalês, o economês, o sociologuês, o clubismo, o apadrinhamento ideológico e o compadrio acrítico.

Livrar-se do Ato Institucional nº5 ou das «salvaguardas» que o substituirão será trabalho fácil, se comparado ao de se livrar do país que foi organizado (ou desorganizado) sob o tacão desse mesmo ato. O AI-5 significou uma ruptura: rompeu a crosta de liberalismo que ainda existia na Constituição brasileira pós-46 e pré-68, colocando, numa penada, 90 e tantos milhões de brasileiros (naquela época) na clandestinidade.

Noturno sentido, o AI-5 representou uma continuidade: pois de 1964 a 1968 aquela ruptura fora gestada a portas abertas pela hegemonia conservadora pós-golpe, assim como de 1961 (data da tentativa de impedir a posse de João Goulart) a 1964 ela fora gestada a portas fechadas. O AI-5, também se deve dizer, tem uma certa tradição atrás de si, em nossa «cultura política». Citando a esmola: pensemos em 1937 no coronelismo da República Velha (teve até ditador disfarçado: o Senador Pinheiro Machado), pensemos na repressão a todos os movimentos de autonomia regional durante o Império, no «golpe da maioridade», em 1840, na deprimente repressão aos escravos durante 4 séculos de história. O AI-5 e «exceção»? Este país é uma exceção.

Sob o império do AI-5 se desorganizou o pouco de democratização que havia em

termos de cultura no Brasil. Quando pensamos em «cultura», não devemos pensar apenas nas ideologias, trabalhos científicos, e técnicos, e obras de arte em circulação. Devemos pensar também no modo como se organiza o espaço onde estes «bens simbólicos» circulam. Do ponto de vista ideológico o AI-5, creio, não deixou marcas indeleveis na cultura do Brasil que o autoritarismo, componente duradouro de nosso processo histórico, já não tenha deixado. A repressão que ele institucionalizou terá favorecido o desenvolvimento do positivismo disfarçado que é a disseminação de correntes estruturalistas diluídas na crítica brasileira; esse Positivismo científico sem Augusto Comte recebeu diferentes nomes em outras áreas: monetarismo aqui, realismo pragmático ali, quantificação alhures, segurança nacional em toda parte. O problema não estava propriamente (ou apenas) nas doutrinas; para ficar na área a que estou mais afeito, não se pode fechar os olhos a contribuição dos métodos estruturais na abordagem linguística, na crítica literária ou na antropologia. O problema estava em que o desenvolvimento destas doutrinas se fez, de modo mais ou menos disfarçado, como parte de um esforço o nacional antimarxista ou anti-tudo aquilo que a esquerda, antes de 64 ou de 68, levantara de preocupação social nas artes

e na cultura. Houve um certo fechamento nas linguagens, cresceram à luz deste esforço de guerra o estruturalês, o economês, o sociologuês, o clubismo, o apadrinhamento ideológico, o compadrio acrítico. No terreno da crítica de arte a repressão violenta deixou todo mundo com a consciência culpada; o que nos fez perder muito tempo com discussões absolutamente inúteis, como a de saber quem é «mais» na música, se Chico ou Caetano, se a Tropicália era alienação ou consciência, se Caetano devia ou não devia falar mais contra a censura. Mas estas cicatrizes são sanáveis pela própria dinâmica do debate cultural, na medida em que a articulação da sociedade começa a extravasar os limites impostos pelo regime 1964/1968, a ponto de o fim de regime ser hoje uma reivindicação nacional legitimada amplamente pela última eleição/plebiscito.

Rumo ao matadouro

Há outras cicatrizes, entretanto — e que dizem respeito ao espaço de circulação da cultura — que são bem mais difíceis de sanar, porque exigem não apenas a dinâmica própria do debate cultural mais livre, mas também a posse de uma parcela do poder, pelo menos. Nos anos do «milagre» o Brasil fechou mais a sua órbita em torno da circulação internacional do capital. O Brasil aproximou-se

mais do epicentro capitalista hegemônico; e tornou-se, internamente «mais capitalista» do que era antes. Este movimento deu-se no caso brasileiro, durante a vigência do tacape truculento do AI-5, a liquidar com a resistência de quem a ele se opusesse. No campo da cultura isso significou a cassação de professores, pesquisadores, a perseguição a estudantes, a desorganização do sistema de ensino brasileiro e sua reorganização em padrões mais autoritários e menos democráticos do que antes. Isto implicou na elitização e ao mesmo tempo na massificação do ensino. Elitização: o ensino passou a ser mais diferenciado de acordo com o poder aquisitivo da classe atendida, acentuou-se o seu caráter de veículo para a ascensão social individual. Massificação: os contingentes que chegam aos diferentes graus de ensino no Brasil começam cada vez mais a serem tratados como rebanhos em aprisco. Qual a diferença hoje, entre o vestibular e um matadouro? Em São Paulo, este ano, segundo dados da imprensa, haverá 117 mil candidatos para oito mil vagas; isto não é processo de ensino, mas corrida de resistência psicológica.

Continuidade nas «salvaguardas»

Houve outras consequências ao longo

destes anos. Instalou-se no ensino, uma mentalidade «privatista», segundo a qual dando como resultado «milagroso» o aumento da taxa de analfabetos no Brasil, nos últimos anos.

o ensino deve ter custos baixos, deve ser «lucrativo» isto é, dar resultados imediatos. Este diga-se de passagem, era o espírito dos famosos acordos MEC-USAI: privatizar o ensino brasileiro. O ensino universitário burocratizou-se em reformas de fancaria que mais visam a atender interesses de grupos enquadrados na universidade: o ensino médio marcha na direção de tornar-se «ensino técnico»; o ensino primário viu-se preterido, durante muito tempo, pela mobralização,

Passados dez anos de vigência, o AI-5 prepara-se para deixar a cena substituído pelas «salvaguardas». Tão importante quanto combater esta sucedânea do casete global, será combater as cicatrizes do AI-5. Isto implica em lutar pela anistia e pela volta dos cassados; pelo restabelecimento do espírito de «coisa pública» no ensino de um modo geral. Lutar, hoje, pela democratização da cultura no Brasil significa, antes de mais nada, lutar por escola livre, gratuita, e de boa qualidade.

Flávio Aguiar



Empresários - nordeste: Quando a porca torce o rabo

No luxo do Hotel Meridien, em Salvador, empresários nordestinos se reúnem e apresentam subsídios ao futuro presidente

João Batista Figueiredo.

No lugar das tradicionais arengas e lamentações regionalistas que aparecem pelo Nordeste desde os idos de Celso Furtado, o novo documento enfatiza a defesa de um desenvolvimento baseado na indústria moderna e monopolista, adequado ao capitalismo brasileiro como conjunto. Os empresários deixaram claro também que não estão dispostos a abrir mão dos mecanismos de superexploração a que estão submetidos os trabalhadores e pretendem aprofundar a modernização do campo, expandindo as empresas agrícolas — o que implica na grilagem e proletarianização crescente dos posseiros e pequenos proprietários

Emiliano José

Não se pode dizer que a conjuntura em que foi realizado o I Encontro de Empresários do Nordeste — I EMNOR — tenha sido desfavorável. Afinal, ele foi realizado num momento em que, de um lado toda a burguesia brasileira se debate com uma crise econômica, estando portanto em busca de saídas urgentes; e de outro, numa situação de transição política, quando apenas se esboçam os primeiros planos de governo.

O que se discute é se o I EMNOR, realizado nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, no luxuoso salão de convenções do Hotel Meridien, em Salvador, reunindo empresários de todo o Nordeste, teve realmente alguma eficácia. Afinal, o que se viu foi apenas uma monótona repetição de diversos lugares-comuns por parte dos diversos ministros da área econômica, sem qualquer novidade maior para os homens de negócio da região, aliás, compondo um plenário silencioso e passivo.

Apesar de uma indistigável manifestação de inconformismo diante do que os ministros diziam, os empresários não revelaram muita ousadia, restringindo sua insatisfação a murmúrios de pé de ouvido, perceptíveis pela imprensa, mas não pelos distantes ministros que, da mesa, deitavam falação sobre o desenvolvimento brasileiro e sobre a arqui-conhecida situação nordestina.

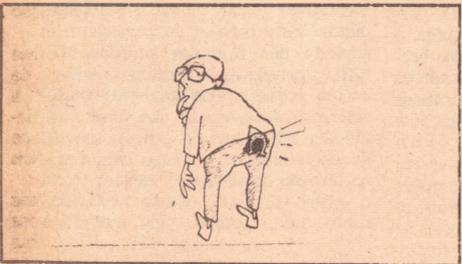
As Divergências

Não bastasse o pálido, inosso resultado apresentado pelo encontro, cujo saldo maior foi a resolução de entregar um documento — «Subsídios a uma nova política de desenvolvimento do Nordeste» — ao general João Baptista de Figueiredo, cabe ainda lembrar que os empresários nordestinos não foram unânimes nas suas reivindicações e para chegar a um acordo com relação ao documento foi preciso percorrer um tortuoso caminho.

Talvez a reação ao documento tenha sido motivada pelo conteúdo «modernizador» que ele apresentava, um pouco diferente das tradicionais arengas regionalistas que costumam aparecer pelo Nordeste desde os idos de Celso Furtado. Ao contrário do anterior «Documento do Nordeste», elaborado pela equipe do professor Rômulo Almeida, em fins de 1976 e também entregue ao governo federal, o atual documento não se guiava por um tom essencialmente regionalista, embora pedisse, como seria óbvio, um tratamento diferenciado para a região.

Contudo, sua ênfase desta vez situava-se principalmente em compreender que o Nordeste, de um ponto de vista capitalista, só pode escapar da secular situação em que vive se persistir no caminho iniciado principalmente pela Bahia, onde o aspecto principal de seu desenvolvimento tem sido a indústria moderna, monopolista, baseada na petroquímica sobretudo. Assim, o desenvolvimento capitalista da região, segundo o documento, só pode realmente ir adiante se for fundado no aumento da produtividade.

Decididamente, essa é uma visão diferente e, de um ponto de vista capitalista, toca o dedo na ferida. Até então baseada em reivindicações meramente regionalistas, de cunho cepalino, que iam de Celso Furtado a Rômulo Almeida, as lamentações dos empresários nordestinos eram vistas com desdém pela sua absoluta inadequação com a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que seguramente não está propenso a distribuir esmolas a ninguém e menos ainda a considerar como problemas a existência de desigualdade sociais.



Essa nova formulação, mesmo que não obtenha resposta imediata até mesmo pela pouca ousadia política do empresariado local, talvez possa ser melhor pensada e pesada pelos grandes capitalistas nacionais e internacionais e pela própria tecnoburocracia estatal, que pode enxergar aí uma das fronteiras de expansão do capitalismo brasileiro nesse momento de crise. Com efeito, talvez o Governo possa avaliar a possibilidade de realmente destinar uma fatia maior dos investimentos do BNDE para o Nordeste.

A linha principal de reivindicações não passa

mais, como sempre ocorreu, pelo simples pedido de aumento dos fundos de incentivos fiscais. Mas sobretudo por uma mudança de política de aplicação de recursos do BNDE, que é quem teria na opinião do documento maiores condições de integrar efetivamente o Nordeste no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Não de um modo marginal, mas participando decisivamente de seus principais projetos. Assim, pede que 30 por cento de seus recursos de investimento venham para o Nordeste.

Dessa maneira, acreditam os formuladores do documento, haveria maiores possibilidades de tornar reais os chamados projetos nacionais regionalizados, como os complexos químico e mineral até hoje andando a passos de cágado por falta absoluta de recursos. Até onde o Governo vai atender essa reivindicação é difícil prever — Simonsen, no encontro, dizia sim a quase tudo, mas é bom lembrar que estamos em final de governo... O fato é que, no fogo da crise, essa é também uma das saídas a serem pensadas.

Mas o documento acentuava que para que essa política se efetivasse — juntamente com o desenvolvimento da indústria de transformação, que seria viabilizada com o aumento dos recursos do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) — era necessário também uma acentuada modificação na estrutura da distribuição da renda como mecanismo de ampliação do mercado interno. E modificá-la implicava também em aumentar os salários dos trabalhadores.

E aí a porca torceu o rabo. Quando viu o documento, a maioria dos empresários gritou. Optava pela chamada distribuição indireta e será afinal, o que prevalecerá na prática, apesar do documento manter-se o mesmo. Alguns empresários, sobretudo baianos, aceitavam a ideia com alguma tranquilidade. Talvez até pelo fato de o parque industrial baiano já se assentar sob bases nitidamente monopolistas, onde conta muito mais o capital constante (máquinas, equipamentos, instalações etc.) do que o capital variável (mão-de-obra).

Mercado interno

Venceu na prática, nas negociações de bastidores, a tese de que deve haver uma distribuição indireta de renda. O que significa não mexer na política salarial. Isso também de qualquer forma, não indica que, se modificada a política de investimentos para a região, o mercado interno não será desenvolvido. Afinal, o mercado brasileiro nunca foi sinônimo do conjunto a população e no entanto sempre sustentou o crescimento do capitalismo. Indica apenas que, pelo menos por enquanto, a burguesia nordestina — e toda a burguesia nacional e internacional que se localiza na região — ainda não está propensa a abrir mão dos mecanismos de superexploração a que estão submetidos os trabalhadores, salvo nos seguimentos mais desenvolvidos, onde já vigoram salários um pouco mais altos, como na petroquímica. Dessa forma, seguramente não será pela boa vontade da burguesia que os trabalhadores terão seus salários modificados.

No campo prevaleceu a ideia de que deve continuar a sua modernização, o que implica na continuidade da expansão das empresas agrícolas modernas e por extensão, embora isso seja negado, no prosseguimento da grilagem e da proletarianização crescente dos posseiros e pequenos proprietários, como vem ocorrendo em estados como a Bahia. O apoio aos pequenos e médios produtores propalado pelo documento não parece passar de uma declaração de intenções, pois a persistência da expansão dos grandes empreendimentos entra em clara contradição com essa formulação.

A verdade é que para os trabalhadores da cidade e do campo, para os posseiros e pequenos proprietários de um modo geral, dessa briga sobra quase nada, ou nada mesmo. A discussão sobre o desenvolvimento capitalista é sempre a discussão de como explorar melhor aqueles que nada têm. Seja uma política «modernizadora», seja uma política «continuista», os trabalhadores e seus parceiros mais próximos terão que contar consigo mesmos para obter o que necessitam.

E a burguesia nordestina, hoje com o mérito de «redescobrir» a política depois de anos e anos de marasmo, bajulação e conformismo diante do poder, tem de compreender que suas reivindicações só ganharão alguma força se, por interesse, a burguesia monopolista, a maior parte dela concentrada no Sul mas com segmentos já instalados no Nordeste, se dispuser também a engrossar as fileiras de suas reclamações. Caso contrário, espere sentada que de pé cansa.

Denúncia vazia: a agonia de morar.

«... francamente, pra viver nesta agonia eu preferia ter nascido caracol. Levava a minha casa nas costas muito bem. Não pagava aluguel, nem luvas a ninguém... (Marchinha de carnaval dos anos 50)

Sandra Stirling
e
Maurício Lemos

Só a partir de março de 1979, a Câmara dos Deputados volta a apreciar a iniciativa governamental de restaurar a «denúncia vazia» nos contratos de locação de imóveis, considerada o tormento de todo inquilino no Brasil. Na última terça-feira, a falta de quorum e entendimento entre Arena e o MDB sobre o assunto levou ao adiamento da votação em plenário. A «denúncia vazia» ocorre quando termina o contrato de aluguel de um imóvel e não há acerto sobre o reajuste entre o proprietário e inquilino. Cabe então ao dono o direito de, sem outra alegação, mover a ação do despejo.

A «denúncia vazia», ou o fantasma de todo inquilino no Brasil, voltou novamente ao Congresso agora, passados 13 anos de sua promulgação como lei em setembro de 1965.

Dois anos atrás, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto que extinguiu a «denúncia vazia», estabelecendo restrições para o despejo — falta de pagamento, uso próprio ou dos descendentes do proprietário, etc. Enviado em regime de urgência para o Senado Federal, la passou este período em tramitação, voltando somente agora na forma de um substitutivo bem mais limitado do que o projeto originalmente aprovado na Câmara. Segundo o artigo 43 deste substitutivo, mantém-se ainda regidos pela «denúncia vazia» os prédios que tiveram «habite-se» concedido após 30 de novembro de 1965. Ou seja, tudo como esta, exceção feita para os imóveis com mais de treze anos de «habite-se».

A Câmara se vê agora na alternativa de aprovar ou rejeitar esse substitutivo, privilegiando-se a segunda hipótese, os deputados apenas confirmarão o projeto que aprovaram em 1976.

Inquilino tem vez?

As leis do inquilinato no Brasil têm uma longa história. Sujeita, aos ventos da conjuntura política e das necessidades do desenvolvimento capitalista.

Até 1934, vigorava o Código Civil para as relações entre proprietário e inquilino, cujas normas eram seguidas so se as partes contratantes não estipulassem outra coisa. Na prática, o inquilino se sujeitava a vontade do proprietário, já que ele e quem estava na pior. Isso e que explica as vaías e apupos dos operários ao primeiro ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, em 1931 em São Paulo, quando prometia novas leis e eles perguntavam pelas providências concretas para «rebaixar os alugueis».

Em 20 de abril de 1934 surgiu a «lei de luvas» (primeira lei que proibiu a cobrança de luvas nos alugueis) e que conferia ao locatário alguns direitos, inclusive o de renovação do aluguel. So que esta lei não protegia qualquer inquilino, mas apenas os que alugavam para fins industriais e comerciais. O problema habitacional continuava sem medidas protetoras.

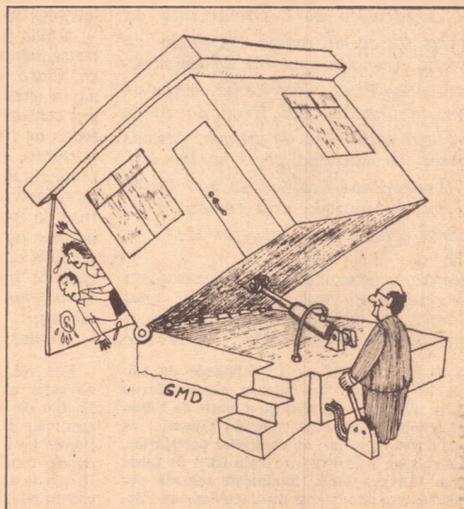
A proteção relativa do inquilino surge somente em dezembro de 1950, com a lei 1.300. Entre alguns de seus dispositivos incluem-se a proibição da cobrança de luvas (na época o tormento dos inquilinos, somente comparável as taxas hoje cobradas pelas imobiliárias) e, principalmente, discriminava as condições de despejo: não pagamento no prazo, se o proprietário precisava do prédio para uso próprio ou de descendente, etc. Esta lei foi sendo sucessivamente prorrogada e gradativamente aprimorada naqueles aspectos de proteção ao inquilino até 14 de março de 1964. Nesta data editou-se o decreto 53.702 que ia bastante além das leis anteriores: entre outros itens, indicava em seu artigo 5º que o Comissariado de Defesa da Economia Popular teria a incumbência de fazer uma relação dos prédios desocupados para efeito de desapropriação. Além disso tabelava os alugueis segundo a área construída e estabelecendo percentuais mínimos para os imóveis de até 120 metros quadrados. No bojo das «reformas urbanas», na mesma época, existia um projeto de lei que estabelecia verdadeiro processo sistemático de desapropriação: cumpridas certas condições e após um dado número de anos, o imóvel passava a ser do inquilino.

Com o golpe de 1964, as leis do inquilinato começam a passar por um visível retrocesso no que se refere a proteção do inquilino. A começar pela lei 4494, de 25 de novembro de 1964, que entre outras artimanhas, liberou o aumento dos alugueis com base no salário mínimo, embora calculado a partir do «aluguel corrigido» um truque aritmético que permitia aumentos sempre superiores ao salário mínimo à altura já em processo de emagrecimento. Por conta dessa lei os alugueis subiram cerca de 100% no Rio de Janeiro em menos de um ano.

Finalmente, a lei 4864, de 29 de setembro de 1965, corou essa virada, criando a «denúncia vazia» Isto e, estabeleceu que «notificado para sua entrega, por não convir ao locador continuar a locação o inquilino terá o prazo de três meses para desocupar o imóvel».

A quem serve a «Denúncia Vazia?»

Na realidade, o regime justificava a adoção de «denúncia



vazia» através da criação do Banco Nacional de Habitação, BNH, (21 de agosto de 1964), que segundo seus porta-vozes (entre eles seu 1º presidente e candidata chaguista ao Senado nas últimas eleições, Sandra Cavalcanti) «iria resolver o problema habitacional brasileiro».

Passados 14 anos, todos sabem o problema «habitacional» de quem o BNH resolveu: ele não atingiu sua pretensa finalidade muito menos pelas políticas desenvolvidas e muito mais pela lógica da expansão do capitalismo brasileiro, especialmente em sua fase pos-64. Fazendo da superexploração do trabalhador a mola mestra da acumulação, e claro que o binômio arrocho salarial/casa própria não podia dar nenhum resultado. Como comprar casa com um salário que não dava pra comer? Mais que isso: o dinheiro do trabalhador através do FGTS e que passou a financiar a construção de casas de luxo, destinadas a menos de 5% da população brasileira.

Ha quem diga que o BNH veio pelo menos resolver o problema da casa própria das chamadas «classes médias» o que não passa de uma suposição errônea, a nao ser se quem diz se refere apenas a que essas «classes médias» são os inquilinos do rico mercado de alugueis de porte intermediário.

Aqui e que entra o sentido real da «denúncia vazia» insatisfeita com a relativa estreiteza do mercado de imóveis residenciais, a política do regime consistiu na criação de um mercado auxiliar cujo pilar era a compra do imóvel como negócio. Para isso, a consagração da «denúncia vazia» passou a ser uma questão fundamental, verdadeiro pré-requisito — para que a «compra como negócio» oferecesse as devidas vantagens relativas.

Com efeito, a compra de imóveis constitui hoje em dia uma das melhores aplicações financeiras existentes, bastante superior a qualquer «papel» do mercado financeiro e somente comparável ao igualmente prospero mercado de terras.

Na verdade, a consagração da «denúncia vazia» explica-se na própria exposição de motivos da lei que a introduziu, criando «estímulos a indústria da construção civil». Não satisfeito com a lógica desta indústria — o lucro — incorporou-se, através da «denúncia vazia», o princípio da «compra como negócio», alargando o mercado de imóveis através da concorrência de agentes exclusivamente especuladores ou simples aplicadores financeiros. O inferno do inquilino — ameaçado de ir pra rua a qualquer momento — passou a ser o paraíso do proprietário: ter varios imóveis alugados e subir o aluguel ao sabor de sua ganância.

Como resultado, a especulação com imóveis atingiu limites insuportáveis e o sonho da casa própria tornou-se uma impossibilidade para a maioria da população brasileira.

MARTINEZ

Mágico não!
Ilusionista!



VIRAMUNDO



IRÃ

O xá sai do trono ou não sai?

Foi como convidar o passarinho para comer alpiste dentro da arapuca. O trá pegando fogo, com manifestantes enfrentando nas ruas o exército e a polícia do regime, com nova greve de milhares de trabalhadores, que paralisou não só a produção de petróleo, mas também a indústria petroquímica e de gás natural, os bancos, a imprensa e até escritórios do governo, e o primeiro-ministro, general Gholan Reza Azhari, anunciando aos quatro ventos que a mais badalada figura da oposição iraniana, o ayatollah Khomeini, que vive exilado em Paris e de lá anda lançando palavras de ordem e de mobilização contra o xá Reza Pahlevi, pode voltar quando quiser e como qualquer outro cidadão, à sua pátria.



O ayatollah chamado prá arapuca

O ayatollah deve ter rido. Fala-se já que o xá pode até renunciar. É completamente improvável. Tudo indica que não há nenhuma alternativa imperialista bem montada no país, que possa, a curto prazo, e na ausência do imperador, garantir os interesses estratégicos norte-americanos na região. O xá Pahlevi não abre mão do seu trono tão facilmente.

A violência, cada vez maior, lançada pelo regime contra as oposições da bem a mostra da disposição do xá em se manter

no poder, agora tutelado diretamente pelos militares. Na última semana, foi assassinado, por exemplo, o líder muçulmano, xeique Abu Ashuri. E centenas de manifestantes. Mas, mesmo assim, as manifestações crescem. Cleide Ono

VENEZUELA

Democracia, pobreza e corrupção



Herrera, o novo presidente.

Andrés Pérez, não consegue esconder as péssimas condições de vida do povo. Apesar do petróleo, as favelas crescem em volta de Caracas e o desemprego é alto. A corrupção faz parte de todas as transações do país. Qualquer informação, qualquer atendimento público, depende do tráfico de influências, depende de «molhar a do freguês», durante o atual governo depende de alguma referência do partido.

O novo presidente, Luis Herrera Campins, derrotou o candidato do partido de Pérez entre outras razões por se apresentar como um candidato que promete «dar jeito nessa situação». Um homem honesto, em suma.

O mais importante na situação, contudo, não é a troca presidencial, nem as enormes fortunas gastas na campanha pelos dois partidos burgueses, mas o crescimento significativo que a esquerda — ou pelo menos uma de suas tendências — O Movimento ao Socialismo — obteve no último pleito. O MAS garantiu o terceiro lugar na disputa presidencial e ainda sobiu sua representação no Congresso de 2 para 14 parlamentares.

Resta saber em que isso influenciou o trabalho de massas e o grau de organização dos trabalhadores venezuelanos.

A Venezuela é um país onde a estabilidade democrática dos últimos 20 anos, mais uma vez marcada pela última eleição presidencial em que a oposição democrata-cristã desalojou do poder a Ação Democrática do atual presidente Carlos

ETIÓPIA — ERITRÉIA

Um massacre está em marcha



Combatentes da FLE

A Etiópia está tentando destruir as bases da luta de libertação dos eritreus, bombardeando as regiões libertadas.

As forças eritreias, principalmente a Frente Popular de Libertação e a Frente de Libertação da Eritreia, estão resistindo, recuando das cidades ocupadas, procurando escapar da nova ofensiva militar etíope e realizando, em todo o mundo, por meio de seus representantes, uma denúncia internacional do massacre contra o seu povo.

Segundo esses representantes, não é verdade que as forças etíopes já tenham desalojado os eritreus de todas as cidades libertadas, como o regime do general Haile Marian anunciou na última semana.

No entanto, eles não escondem sua preocupação quanto aos resultados da atual ofensiva etíope.

A região da Eritreia anexada a Etiópia, e justamente a que ocupa todo o litoral de águas profundas do país, dando para o Mar Vermelho, justamente por onde passam os petroleiros que abastecem Israel e o Ocidente. Daí a sua importância estratégica.

A luta do povo eritreu já dura 17 anos e durante muito tempo não ocupou as manchetes dos jornais. Passou a ocupar quando cresceu e chegou a ameaçar o regime etíope. E volta a ocupar agora, quando a Etiópia está disposta — e está tentando — massacrá-la.

ESPANHA

«Sim» à nova Constituição

A Espanha, a essa altura, já tem uma nova Constituição. O povo foi chamado, por meio de um plebiscito, a dizer «sim ou não» ao novo texto constitucional, o primeiro desde a Guerra Civil Espanhola. É a pa de cal democrático-burguesa (apesar da monarquia) no franquismo.

Quase todas as organizações, inclusive o Partido Comunista de Santiago Carrillo, chamaram o povo a marcar «Si» em suas cédulas. Mais de 75 por cento do eleitorado deverá comparecer às urnas.

A nova Constituição, contudo, não resolve o problema das autonomias regionais, sem dúvida, um dos mais graves na atual conjuntura espanhola. Não e por menos que se espera que, justamente no País

Basco, o índice de «No» seja alto. Na verdade, a esquerda moderada, o Partido Nacionalista Basco, propôs apenas a abstenção, o que, do ponto de vista mesmo do Partido Socialista Obrero Espanhol, o PSOE de Felipe Gonzalez, o do PC, e uma política equivocada, na medida em que, segundo eles, «os bascos só vão conseguir a autonomia plena com base no que já foi estabelecido na Constituição, como outros setores do país.»

De qualquer modo, a formalização da democracia burguesa na Espanha e vista como uma barreira as forças franquistas, que até bem pouco tempo ainda tentaram derrubar o governo e recompor o regime fascista do generalissimo.

A relação do número de empresas por ramos industriais com o do pessoal ocupado em cada um deles revela as condições objetivas da estruturação da classe operária na Nicarágua:

Alimentos: 130 (empresas) para 8.600 (operários); Produtos químicos: 62 para 2.800; Maquinaria: 25 para 1.215; Minerais não-metálicos; 43 para 1.350; Calçado, roupas e têxtil: 100 para 2.200 operários.

Quer dizer, a nascente classe operária na indústria de transformação se encontra desarticulada organicamente devido à predominância da pequena produção.

O desenvolvimento do movimento opera-

NICARÁGUA

A «saída honrosa»

A cuado por todos os lados — inclusive pelo imperialismo norte-americano, que não está disposto a correr os riscos de uma nova ofensiva militar da Frente Sandinista de Libertação Nacional — o ditador Anastasio Somoza cedeu, em busca da «saída honrosa» oferecida pelo chamado «Plano Washington»: submeter o seu regime a um plebiscito popular, precedido de uma amnistia geral e de todas as garantias exigidas pela Frente Ampla de Oposição (FAO), que conta atualmente apenas com o grosso dos seus componentes «liberais». O Grupo dos 12, aliado dos sandinistas, e as duas centrais sindicais mais consequentes já abandonaram as negociações com o regime, via Comissão de Mediação Internacional, dirigida pelo Departamento de Estado norte-americano.

Somoza, contudo, não cedeu ainda quanto a uma exigência: que ele e toda a sua família deixem o país enquanto se prepara o plebiscito previsto, em princípio, para fevereiro do próximo ano. Mas ainda pode vir a ceder. A aceitação do Plano Washington — tantas vezes renegado publicamente pelo ditador como «anticomunista» — só ocorreu quando faltavam poucas horas para o final do último prazo dado pela Comissão de Mediação Internacional: «Ou aceita, ou deixamos o país. É o regime que se vire para enfrentar as novas medidas de pressão das oposições de uma nova greve geral liderada pela FAO, e uma nova ofensiva militar comandada pelos sandinistas. Foi isso que aparentemente disseram os diplomatas mediadores ao ditador, dando-lhe um ultimato de 72 horas para que decidisse.

A decisão de Somoza se deu às vésperas do seu 53º aniversário, certamente, o último que comemorou no poder, na última semana. Uma comemoração nada faustosa se lembrarmos as grandes festas de anos anteriores, em que a data natalícia do ditador se transformava sempre em uma data nacional.

Dessa vez, o aniversário foi passado dentro do bunker, (sua super-fortaleza fortaleza), cercado de militares armados até os dentes e protegido do exterior por grossos vidros à prova de bala. Um prisioneiro do seu isolamento absoluto.

A tensão no país, contudo, continua extrema. A todo momento ocorrem ataques dos guerrilheiros sandinistas contra os postos afastados da Guarda Nacional. E a FSLN — que acompanha à distância as manobras conciliadoras das oposições de corte burguês — permanece em estado de alerta, pronta para o desfecho do último ataque ao reduto inimigo. Em qualquer hipótese, já deixaram claro seus porta-vozes, no máximo as armas serão lubrificadas e guardadas — jamais entregues. A garantia de um governo popular na Nicarágua continua repousando nas armas dos sandinistas. Com plebiscito ou sem. (C.T.)



E a classe operária, para onde vai?

(Baseado no Boletim nº 46, de novembro de 1978, da Agência Latino Americana d'Information, com sede no Canadá).

Uma população de cerca de 2 milhões e meio de habitantes o proletariado industrial da Nicarágua chega a 27 mil operários, sendo que os trabalhadores de modo geral atingem um total de 600 mil.

Esse nascente proletariado é fruto do impulso que marcou, nas duas últimas décadas, o desenvolvimento capitalista industrial no país concentrado na produção destinada ao mercado externo, com base na especialização em dois ramos específicos: o das substâncias químicas e o da metalurgia, ambos determinados pela integração centro-americana que responde à estratégia econômica dos Estados Unidos para a região.

Cerca de 80 por cento da produção industrial se dá nos Departamentos de Managua (capital), Chinandega e Leon. A concentração maior é mesmo em Managua, onde ficam 67 por cento dessas indústrias gerando 60 por cento da produção total do país.

O processo de industrialização na Nicarágua está subordinado à instalação de empresas transnacionais no país, atraídas pelas condições favoráveis (para elas) derivadas: da mão-de-obra barata; as vantagens comerciais ditadas pelo Mercado Comum Centro-Americano, e as garantias que a ditadura de Somoza tem oferecido, nos últimos anos, ao capital estrangeiro.

De modo geral, pode-se distinguir os seguintes níveis na estrutura industrial nicaraguense: 1) a indústria moderna, tipo «filial» operada de modo direto por empresas norte-americanas. Nesse nível, temos principalmente as indústrias químicas e metalúrgicas. Atuando com um alto grau de mecanização, elevada tecnologia, complexa divisão do trabalho e forte concentração de capital; 2) a indústria dependente, constituída pelo setor manufatureiro, que só recentemente tem sido infiltrada pelo capital estrangeiro. A maior parte dessas empresas tem crescido por meio do processo de integração econômica centro-americana, ainda que algumas tenham iniciado suas atividades na década de 50. Esse tipo de indústrias concentra o contingente mais numeroso de proletários fabris, principalmente nos ramos dos têxteis, calçados, fumo, processadoras de madeira, alimentos e empresas construtoras; 3) a indústria média tradicional, que se concentra nas cidades mais povoadas — principalmente em Managua — dedicando-se aos setores tradicionais: padaria, couro, móveis, gráficos, laboratórios e roupas. O número dessas indústrias chega a 500, ocupando em média de 10 a 20 trabalhadores cada uma; e 4) a pequena produção artesanal, que cobre 90 por cento do total das unidades produtivas.

Durante o ano de 1938, os sindicatos mineiros deram um passo importante ao realizar uma greve vitoriosa que levou alento a outros setores — principalmente tipógrafos, sapateiros, carpinteiros, e pedreiros (trabalhadores das minas de pedras ou pedreiras). Desse processo de mobilização da classe surgiu, em 20 de novembro do mesmo ano, a Conferência de Trabalhadores de Nicarágua. O número de organizações associadas foi crescendo progressivamente, mas o processo foi interrompido por uma onda de repressão desencadeada pela ditadura, que levou à prisão e ao banimento inúmeros dirigentes.

Os deportados logo regressaram clandestinamente ao país propondo, em 1941, a organização de uma Central Nacional Sindical. Foi formado então, em 1943, o Conselho Intergremial Obrero, que após nova fase de ascenso de lutas, se transformou na Conferência de Trabalhadores de Nicarágua — recuperando a primeira organização geral desarticulada pelo regime.

A ditadura resolve apelar para a corrupção e para tentativas de controlar «por cima» o movimento. Os sindicatos que denunciaram mais firmemente as intervenções somozistas resolveram se organizar fora da Conferência, formando a Federación de Trabalhadores de Managua, que mais tarde se estendeu para Masaya, Chinandega, Granada, León e Matagalpa.

Com o final da guerra e com o crescimento das mobilizações dos trabalhadores, as organizações sindicais independentes foram se fortalecendo até 1948, quando ocorreu um novo golpe somozista no país. Desta vez contra o governo de Leonardo Arguello, que só durou 25 dias. Inicia-se, assim, nova ofensiva contra os sindicatos. Em consequência, no ano seguinte, com a participa-

ção de pelegos e de ex-encarcerado, o governo ajuda a organizar a Confederación General de Trabajadores, cuja finalidade é a tentativa de criar base de apoio na classe operária para a ditadura. Nova onda repressiva e desencadeada contra o sindicalismo independente, e agora chamada Union de Trabajadores de Nicarágua passa a atuar, com extrema dificuldade, na clandestinidade.

No início da década de 60, os trabalhadores conseguem romper, mais uma vez, o cerco repressivo. Em 1962, militantes do Movimento Operário Cristão, formados na Venezuela, e a Confederación Latino-Americana de Sindicatos Cristãos formam o Movimento Sindical Autônomo da Nicaragua (MOSAN). Durante os anos seguintes esta tendência se fortalece e, em seu primeiro congresso nacional realizado em 1972, se transforma na Central de Trabajadores de Nicarágua (CTN), que existe até hoje.

Em 1963, estoura uma séria crise no interior da Central governista e grande parte dos seus sindicatos resolve romper e formar a Confederación General de Trabajadores Independiente CGI (I).

Com o objetivo de fazer frente a «desorganização» sindical no país, alguns sindicatos não-filiados às centrais existentes, ajudados por agentes norte-americanos, decidem organizar em 1968, o Conselho de Unidade Sindical; sob os auspícios da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), vinculada ao sindicalismo dos EUA.

Esta nova central, que mais tarde assume o nome de Confederación de Unidad Sindical (CUS) faz propaganda de um programa operário limitado exclusivamente às reivindicações imediatas.

Atualmente, existem na Nicarágua três centrais sindicais considerando inexistente a governista CGT: a CGT (I), a Central de Trabajadores de Nicarágua (CTN) e a Confederación de Unidade Sindical (CUS).

A CGT(I) é composta pelo maior número de sindicatos operários e também por organizações de mulheres e camponeses. É filiada a nível internacional ao Comitê de Unidade Sindical dos Trabalhadores Centro-Americanos e do Panamá, ao Conselho Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina e à Federação Sindical Mundial (FSM).

A CTN é integrada por sindicatos, clubes juvenis, cooperativas agrícolas, grupos de igrejas e juntas comunais. Está ligada à Confederación Centroamericana de Trabajadores, a Confederación Latino-Americana de Trabajadores (CLAT) e à A Confederación Mundial de Trabajadores (CMT).

A CUS tem bases nos serviços de linhas aéreas, navais, turismo e telecomunicações do Estado. É esta filiada à ORIT e outras organizações cujos centros de decisão estão nos Estados Unidos.

Em 17 de julho deste ano, foi formado o Movimento Pueblo Unido - MPU, com a participação da CGT (I), do Comitê de Luta pela Liberdade Sindical recentemente formado, do Movimento Operário Revolucionário (MORE) e outras organizações de esquerda. Os objetivos do MPU: 1. Mobilizar o povo para a derrubada popular da ditadura de Somoza; 2. Incrementar a organização e a unificação de amplos setores populares; e 3. Impulsionar o desenvolvimento do processo unitário das forças revolucionárias.

Novos aspectos sobre a «via chinesa»

A “desmaoização” da China



Uma escola de mecanização agrícola no distrito de Yehsen, em Chantoná

Nos últimos meses a China abre um período de intensas transformações que atingem todos os domínios da sociedade, desde o económico até o filosófico, passando pela política interna, externa, o social, a ideologia, a cultura, as artes etc. Estas transformações, a despeito de sua extensão e amplitude, se dão numa intensidade e num ritmo fabulosos. Para se ter um exemplo desta rapidez podemos verificar que em fins de setembro, diante de uma delegação da Comunidade Económica Europeia (CEE) em visita a Pequim, as autoridades chinesas se mostraram abertas a todos os modos de crédito em uso no mundo ocidental, à exceção de empréstimos governamentais; já em meados de outubro, elas se declararam dispostas a examinar proposições referentes a empréstimos também desse tipo, modificando um dos importantes tabus da herança deixada por Mao: contar com suas próprias forças. Uma das consequências deste ritmo é a de suscitar desconfianças nos meios de negócios e investimentos japoneses a respeito da solidez e continuidade dos acordos económicos e comerciais que se estão estabelecendo entre os dois países; e se houver outra mudança na política chinesa? E quando Teng Hsiao-ping, já com 74 anos e o principal cabeça destas modernizações, morrer?

O político é determinante

Os chineses foram os que primeiro colocaram a questão da principalidade da política, do trabalho político, nas suas relações com as outras atividades; eles formularam que a política deve estar no posto de comando no período da transição socialista. A Revolução Cultural não pode ser entendida se não a examinarmos deste ponto de vista: a luta de classes, aguda neste período, é a luta pela colocação da política no posto de comando, ao nível de cada fábrica, nas comunas populares, nas escolas e no conjunto da sociedade.

Durante a Revolução Cultural, uma das palavras de ordem divulgadas foi a chamada «das quatro primazias»: a primazia do homem sobre o material, do trabalho político nas suas relações com as outras atividades, do trabalho ideológico sobre os outros aspectos do trabalho político, das ideias vivas sobre as ideias livrescas no trabalho ideológico». Tal propaganda indicava quem devia estar no posto de comando. Dentro das fábricas

ela tinha a função de orientar a atividade dos revolucionários, situava a relação entre a produção e a luta de classes e convidava os trabalhadores a se lançarem na luta contra o conjunto de correlações próprias ao sistema capitalista (divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, etc.). Colocando a política no posto de comando, critica-se ao mesmo tempo a preocupação exclusiva com o desenvolvimento das forças produtivas.

A situação tal como ela se apresenta hoje é bem diferente: a luta pela produção toma o lugar da luta de classes (Renmin Ribao, 12/12/77, citado pelo Le Monde de 18/5/78). No mesmo movimento se situa uma série de outras transformações configurando um quadro político social novo.

De Mao a Teng

Por ocasião da morte do presidente Mao (9 de setembro de 1976), a composição política do PCC comportava as três alas clássicas de toda instituição política: os radicais, os centristas e os moderados. Partido de estrutura leninista, todos os seus membros seguem o mesmo programa e aplicam a mesma política. Porém, um programa pode ser lido pela esquerda ou pela direita da mesma forma que uma política pode ser aplicada enfatizando-se um ou outro de seus aspectos.

Historicamente, o centro, cuja expressão mais importante foi Chu En-lai, tende a ser majoritário. Os outros representantes mais conhecidos deste grupo são Tchu Te e Hua Kuo-feng. Os moderados se preocupam com a gestão, a organização, a disciplina e a eficiência imediata; seu expoente máximo é Teng Hsiao-ping. Os radicais são «os revolucionários que estimam que a Revolução não foi suficientemente longe nem suficientemente rápida, que a nova sociedade ainda está por demais marcada pelas suas origens burguesas e que falta desembaraçar-se de muitos obstáculos para que a criatividade popular libere todo o seu potencial» (Alain Bouc, La rectificación, Federop, Lyon, p.45). Seus componentes mais conhecidos são o «bando dos quatro» (assim chamado pelos atuais dirigentes): Yam Hon-ven, vice-presidente do Partido, Cham Chuen-chiao, vice-primeiro-ministro, Chiang Ching e Iao Ven-uan, todos membros do Biro Político do Comitê Central. Os cargos assinalados são os que ocupavam por ocasião de suas prisões.

Mao e Stalin

A discussão atual da relação entre o maoísmo e o stalinismo se complica mais ainda pela diversidade do próprio maoísmo, pela diversidade e até pela oposição das diversas fases da revolução chinesa. Assistimos hoje na China ao enterro da Revolução Cultural, à condenação do que pareciam ser as características mais originais da revolução chinesa. A experiência vivida pela China é sem dúvida complexa.

Contudo, algumas afirmações sobre o maoísmo podem ser feitas com certa segurança.

A primeira é que o maoísmo sofreu uma profunda influência stalinista. Isto não fica claro apenas pela defesa do período stalinista da URSS e da pessoa de Stalin: em qualquer dos seus períodos, o maoísmo não questionou alguns dos dogmas fundamentais do stalinismo, como a possibilidade de construir o socialismo completo em um só país (tese que na verdade foi extremamente reforçada na China) e o regime de um partido único.

A segunda afirmação é que existem diferenças fundamentais entre o maoísmo e o stalinismo. Isto ficou claro já no período anterior à tomada do poder, como já foi dito; e esteve claro durante todas as fases da revolução chinesa antes da morte de Mao. Desde o início, a construção do socialismo na China foi mais harmoniosa. A coletivização da agricultura foi feita sem grandes traumas e com a participação dos próprios camponeses. Na URSS, a coletivização do campo fora imposta, e tivera as características de uma verdadeira guerra civil.

Posteriormente, após o período do Grande Salto para a Frente, e, mais ainda, da Revolução Cultural, as diferenças se acentuaram. Mao chegou a criticar a estreiteza de visão de Stalin, dizendo por exemplo que só ele via importância na técnica e nos quadros, que não dava importância à iniciativa das massas. Durante a Revolução Cultural houve participação popular, o que nunca ocorreria na URSS após o domínio stalinista, e iniciou-se uma democratização da

Já é possível falar-se comprovadamente numa nova China após a morte de Mao, fruto de uma série de políticas que no entanto começaram a ser implementadas quando o «Grande Timoneiro» ainda estava vivo.

No campo da indústria, da agricultura, da defesa nacional e das ciências e técnicas, as quatro «modernizações» — que em 1975 foram apresentadas como metas a serem atingidas até o final do século — estão hoje transformadas em programa imediato de governo pela atual equipe dirigente do país.

Num primeiro artigo, José Carlos Avelino discute as mudanças políticas e de direção que foram necessárias para colocar a sociedade chinesa neste novo rumo. Em outros, que se seguirão nas próximas edições, o mesmo autor descreverá, em detalhes até agora desconhecidos do público brasileiro, o que é esta nova China no campo econômico, social e militar.

Num outro plano, bastante polêmico, embora estreitamente ligado aos fatos mencionados acima, está a questão de até que ponto o maoísmo significou uma alternativa aos equívocos da União Soviética no que se refere à revolução e à construção do socialismo.

A partir de uma análise histórica da relação entre Mao e Stalin, João Machado mostra que tanto a política exterior como a ligação partido — massas na China são frutos de uma ruptura bastante parcial e contraditória do stalinismo levada a cabo por Mao.

À margem das massas

Um mês após a morte de Mao Tse-tung, o centro aliou-se ao grupo da direita e neutralizou o grupo de Changai, colocando-o na cadeia, além de mobilizar as massas em seu próprio apoio, configurando assim um fato consumado. Cerca de quarenta outras pessoas foram presas.

Procedeu-se à depuração do Partido: esta vai diminuindo na medida em que se sobe na sua hierarquia. Os mais penalizados foram os membros dos comitês de província. Dentre os membros do Biro Político apenas um foi penalizado além do «quatro». O centro do poder é ocupado por Hua Kuo-feng, que é o presidente do Comitê Central do PCC, presidente da comissão militar do Comitê Central e primeiro-ministro do governo.

Cria-se um novo equilíbrio político, onde o centro é amplamente majoritário (Teng tinha caído em desgraça alguns meses antes). Este equilíbrio era instável, pois nem a direita nem a esquerda estavam totalmente neutralizadas e nas condições em que as contradições se colocavam no seio do Partido era impossível qualquer compromisso durável. A resolução das principais contradições foi adiada até que a correlação de forças colocasse claramente para onde e como a política deveria ser conduzida.

Teng Hsiao-ping e seus aliados são os artesãos de uma política de modernização da sociedade chinesa e partidários de uma política de abertura em direção aos países capitalistas suscetíveis de ajudar a China a se equipar, inclusive em material militar. Com este projeto político Teng e seus amigos iniciaram uma marcha gradual e firme em direção ao centro do poder.

Centenas de milhares de quadros do Partido e membros do governo expurgados nos anos 50 e 60 vêm sendo reabilitados (fortalecendo a direita), enquanto que os quadros da esquerda continuam sendo penalizados. Os primeiros secretários do Partido para a província de Liaoning e para a região autônoma da Mongólia caem. Mesma sorte é reservada a Wu Teh, prefeito e primeiro-secretário do Partido na capital. Estas depurações, quando não se deram em favor de Teng, se deram pelo menos contra a esquerda. Mais recentemente, se retirou a etiqueta de «burgueses impedidos» da última leva de um total de 150 mil pessoas punidas com a vitória de 1949.

O centro, à medida que se enfraquece a esquerda, dá um passo à direita. O acordo anterior evolui, passando a assumir novas características.

O caráter ainda provisório da atual correlação de forças pode ser identificado na campanha que a imprensa chinesa desencadeia contra a «dogmatização do maoísmo» (V. editorial do JB do dia 11/9/78). O aspecto mais importante desta «desmaoização» é sem dúvida alguma o de criar as condições, nas massas e nas bases do Partido, de aplicar a nova linha política; no entanto, esta campanha tem nuances que visam o próprio Hua: 1º) em abril de 1976 houve uma manifestação de rua em apoio a Teng, que foi reprimida por ordem do prefeito de Pequim e com autorização do ministro do Interior, que na época era justamente Hua Kuo-feng. Hoje esta manifestação é considerada «completamente revolucionária... 2º) a principal justificativa apresentada na época em que Hua centralizou o poder foi a de respaldo a Mao; atualmente a campanha de «desmaoização» fala de vereditos errados pronunciados no passado por um certo dirigente supremo, numa clara alusão ao fundador da República Popular.

Mao já era

As mais importantes das várias implicações da subida dos novos dirigentes dizem respeito à «produção que passa à frente da luta de classes», à revolucionarização das relações de produção, dando lugar à gestão capitalista e ao ensino elitista, e ao movimento de massas, dando lugar à disciplina (o lema — «acelerar ainda mais a revolucionarização ideológica do homem», tal como foi definido pelo CC do PCC em agosto de 1966, cede o lugar ao estímulo material e à procura de recompensas materiais).

Além dessas modificações devemos assinalar que:

1. o conceito de burguesia infiltrada no Partido foi substituído pelo de «burgueses infiltrados no Partido», e isto é assunto de que se fala cada vez menos; 2. a luta pela limitação do direito burguês como um passo à criação de uma mentalidade socialista foi substituída pela aceitação deste direito, pois ele «contribui para a proteção e para o desenvolvimento das forças produtivas» (Renmin Ribao, 17 de outubro de

1977); 3. os comitês revolucionários eram a organização independente dos operários, camponeses e estudantes, por intermédio dos quais os revolucionários tomavam o poder das mãos da burocracia e da burguesia e cuja expressão máxima é a Comuna de Changai, proclamada em fevereiro de 1967; com a nova orientação, os comitês revolucionários burocratizam, tornam-se correia de transmissão da alta hierarquia do Partido e do governo e na maioria dos casos são fechados (vem Relatório apresentado por Hua Kuo feng à V Assembleia Nacional Popular). São fechados porque são «superfluos e mesmo contrários à noção de eficácia» Peking Information * de 23 de outubro de 1978); 4. o sistema de ensino durante a Revolução cultural foi colocado a serviço da construção do socialismo. Em 1956, a transformação socialista — ao mesmo no que diz respeito à propriedade dos meios de produção — da agricultura, do artesanato e da indústria e do comércio capitalista privado já tinha sido, no fundamental, concluída (PI n° 2, de 1966). Com isto a situação da burguesia mudou radicalmente. Entretanto, a burguesia não detém somente os meios de produção na sociedade capitalista: ela é possuidora igualmente da ciência e da técnica. E isto ela não só conserva após a estatização da indústria como utiliza para se reproduzir. Por outro lado, o ensino da «técnica» vem sempre acompanhado de uma ideologia (Althusser) e a aplicação da própria técnica diz respeito a um determinado tipo de gestão. A burguesia utiliza o sistema de ensino para fazer sobreviver a sua ideologia. Pois bem, a Revolução Cultural atacou de frente este ensino, transformando-o em uma arma na luta contra o capitalismo. O movimento atual se dá em sentido contrário: a) foram restabelecidos os exames de admissão à Universidade e o recrutamento dos estudantes universitários se faz a partir dos melhores alunos da escola secundária, favorecendo assim a intelectualidade; antes o acesso à Universidade era reservado aos melhores trabalhadores; b) a fusão do ensino com o trabalho já não é mais uma preocupação dos dirigentes; c) os estudantes e os intelectuais não precisam mais fazer estágios nas fábricas. Estas resoluções, tomadas na Conferência Nacional sobre a Educação, realizada em abril/maio deste ano, representam uma inversão total na tendência estabelecida na segunda metade dos anos 60.

José Carlos Avelino, de Paris

Maoísmo e stalinismo

A história do movimento socialista desde os anos 60 inclui um paradoxo curioso.

Durante o período de apogeu e monolitismo do movimento comunista oficial, que durante trinta anos esteve sob a pesada batuta de Stalin, Mao foi um dos dirigentes mais independentes. Teve razões de sobra para divergir de Stalin: este foi um dos grandes responsáveis pela sangrenta tragédia da revolução chinesa de 1925-27, quando obrigou o Partido Comunista Chinês a se subordinar ao partido de Chiang Kai-shek, o Kuomintang, que era considerado o partido da burguesia nacional. Dentro da rígida visão da III Internacional stalinista, a revolução chinesa só poderia ser democrático-burguesa e, como tal, só ser liderada pela burguesia nacional e, portanto, por seu partido. Chiang Kai-shek aproveitou-se desta teoria e desfechou um golpe profundo no comunismo chinês, depois de ter sido até mesmo feito membro honorário da Internacional Comunista.

Mao, quando assumiu a liderança dos comunistas chineses na década de 30, compreendeu perfeitamente que a direção da revolução chinesa deveria ser proletária, e traçou uma política completamente independente. Quando no pós-guerra estava em condições de lutar para tomar o poder do Kuomintang, ainda teve de contrariar a orientação de Stalin, favorável a um acordo com Chiang Kai-shek.

No entanto, após a morte de Stalin, dirigentes soviéticos muitas vezes mais ligados e dependentes dele iniciaram uma crítica ao seu papel histórico e a seus crimes. Mao assumiu o papel de defensor de Stalin. É verdade que a crítica feita a Stalin pelo comunismo oficial tinha defeitos sérios: centrava-se na sua pessoa (no «culto da personalidade») e deixava de lado a natureza da estrutura social e política da URSS, os imensos problemas do socialismo soviético, a degeneração da Revolução de Outubro. De qualquer modo, o fato de Mao não ter procurado fazer uma crítica mais profunda, mas ter assumido a defesa, de ter afirmado que a degeneração do processo revolucionário ocorreu após a morte de Stalin, é intrigante.

estrutura das fábricas que se opunha à rígida centralização da URSS.

Interpretações

Diante desse quadro, não é nenhuma surpresa que existam interpretações opostas ao significado do maoísmo, e especialmente de sua relação com o stalinismo. Podemos caracterizar pelo menos duas correntes principais, o maoísmo stalinista e o maoísmo anti-stalinista.

O primeiro ressalta do maoísmo exatamente o aspecto da continuidade com o comunismo oficial, da defesa de Stalin e do seu período na URSS, da afirmação de que a degeneração do socialismo soviético ocorreu após a morte de Stalin. Na verdade, esta variante de maoísmo não é propriamente maoísmo, mas é apenas o velho stalinismo com uma roupagem um pouco mudada.

Já o maoísmo anti-stalinista oferece um interesse bem maior. É muito frequente nos grupos maoístas europeus, onde se destacam nomes como Rossana Rossanda e Charles Bettelheim (Bettelheim pode ser enquadrado nesta corrente com reservas, pois combina a tentativa de fazer uma crítica da degeneração da Revolução Russa com uma defesa contraditória de Stalin). Na perspectiva desta corrente, é preciso buscar na experiência chinesa o exemplo de uma prática original e alternativa à do socialismo da URSS. A experiência chinesa permitiria fazer uma crítica de esquerda à experiência soviética.

Dentre as contribuições que a experiência chinesa teria dado, destacam-se:

— a noção de que a ruptura com o capitalismo vai muito além da coletivização dos meios de produção; o socialismo exigiria desde o início uma mudança radical na divisão do trabalho e no modelo de acumulação herdado da Revolução Industrial. A experiência chinesa mostraria a possibilidade de rejeitar a grande indústria como base do socialismo, de adotar o modelo das Comunas Populares, onde a vida económica, social e política estaria totalmente integrada, permitindo uma real propriedade coletiva dos



meios de produção, um controle real sobre as condições de existência.

— a ênfase na política, posta sempre no «posto de comando», no poder da vontade consciente das massas, rejeitando todo economismo, ou, nas palavras de Rossana Rossanda, «toda objetividade que não seja a do crescimento revolucionário».

— uma nova concepção da relação entre o partido e as massas, permitindo que o partido não se apresente como um elemento externo, mas interno permitindo que as massas exerçam de fato, por seu intermédio, a ditadura do proletariado.

Embora certamente seja elogiável o esforço de procurar na experiência da revolução chinesa a superação do stalinismo, não parece que tenha sido bem sucedido. É extremamente discutível a possibilidade de um socialismo sem grande indústria, sem desenvolvimento das forças produtivas; é discutível também que seja possível rejeitar «toda objetividade que não seja a do crescimento revolucionário». Há nestas concepções fortes componentes, não de algo radicalmente novo, mas do velho socialismo utópico, e do velho populismo «narodnik». Do mesmo modo, é extremamente discutível dizer que uma nova

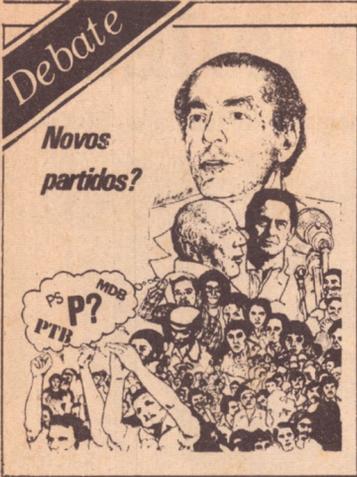
relação do partido com as massas seja suficiente para transformá-lo no instrumento da ditadura do proletariado. Os clássicos do socialismo, por exemplo, nas obras A Guerra Civil na França e O Estado e a Revolução, já demonstraram que a organização dos operários em classe dominante só é possível através de conselhos operários eleitos nos bairros operários ou nas fábricas, controlados portanto pela classe operária e por todas as camadas da população ligadas a ela. O partido revolucionário atuaria nos conselhos ao lado dos outros partidos, buscando conseguir o apoio para seu programa. Se afirmarmos que o partido é o instrumento da ditadura do proletariado, caímos na verdade na concepção stalinista do partido único.

Aliás, a evolução recente da China foi exatamente no sentido contrário ao que as concepções citadas acima faziam prever. Além disso, se a prática da revolução chinesa significasse uma ruptura radical com o stalinismo, como seria possível explicar sua política exterior?

Podemos dizer com bastante segurança que não se encontra na experiência da revolução chinesa a base principal para a superação do stalinismo, embora ela proporcione sem dúvida ensinamentos valiosos.

João Machado

Uma conquista e novos caminhos



Articular os candidatos populares eleitos para influir com maior peso no parlamento é o que propõe para discussão um documento do Comitê do deputado Geraldo Siqueira Filho, recém-eleito para a assembléia de São Paulo. Aqui vai a síntese dos trechos principais:

1 — O significado Político das Eleições.

Para compreendermos o significado da vitória do MDB nas eleições de 78 seria interessante compará-las com as de 74.

As eleições de 74, a mais expressiva votação do MDB em 10 nos de ditadura, ocorreram num quadro em que a Oposição tinha uma margem de manobra relativa: rádio, tv e um maior número de comícios. Um outro aspecto deve ser considerado: em 74 o movimento de massas estava, ainda bastante atomizado e o nível de organização e expressão tinha caído desde 68. Além de serem localizadas, as lutas populares não colocavam questões políticas gerais.

Mas o que determinou realmente a vitória da Oposição em 74 foi o aprofundamento das péssimas condições de vida em geral e a falta de canais por onde a massa trabalhadora pudesse expressar seu descontentamento e defender-se da exploração. Quando o «milagre» delimitou o perfil do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o proletariado e as camadas assalariadas urbanas utilizaram as eleições como canal de protesto contra a exploração e a opressão, transformando esse momento em um grande e contundente plebiscito nacional contra a ditadura.

Já a vitória de 78 reflete nas urnas um novo quadro. A vitória dos candidatos populares foi surpreendente mas não foi ocasional.

O movimento de massas hoje encampa centenas de operários e outros setores assalariados na luta pelas liberdades democráticas, por melhores condições de vida e trabalho, pela liberdade sindical e contra a repressão. No geral, ainda pode se atribuir às eleições de 78 um caráter plebiscitário por causa do quadro partidário existente, da composição heterogênea do MDB e pelo relativo atraso do Movimento de massas na luta contra a ditadura. Entretanto um novo chama a atenção: a vitória expressiva dos candidatos populares. Campanhas qualitativamente diferentes tiveram como centro a luta contra a ditadura, contra a opressão e pelas liberdades democráticas. Houve um compromisso efetivo com os

movimentos populares e operários (candidatos ligados ao MCV, ao ME, etc.). A vitória expressiva coloca a luta política para as amplas camadas do movimento de massas e abre um novo espaço para a oposição de esquerda.

2 — As tarefas dos Parlamentares Populares e os Novos Partidos

Em determinadas regiões, como São Paulo, houve um fortalecimento da ala mais combativa do MDB, chegando quase a equiparar-se à dos liberais. Mas isso não significa que a capacidade da atividade parlamentar em si possa impedir a ditadura de continuar conduzindo o processo político. As massas trabalhadoras do Brasil sempre estiveram alijadas do processo político. Do tempo do populismo com seus caciques e partidos de cúpula, passando pelos 14 anos de marginalização da ditadura, até o futuro previsto pela rearticulação partidária excludente e antidemocrática que o regime nos prepara. Com todos os avanços das lutas de massas e apesar do repúdio expresso nas urnas, as massas ainda não conseguiram forjar entidades nacionais próprias que unifique as diversas categorias como a UNC, a CUT e o partido político de massas. Com esse atraso, a ditadura consegue controlar com relativa facilidade a crise atual. Reformas, rearticulação partidária, lei da Segurança Nacional não são mais do que tentativas de se perpetuar no poder.

Mas no outro lado dessa moeda está a nossa capacidade de atuação política criada pela eleição dos candidatos populares do MDB. O papel do nosso deputado e o dos demais candidatos populares não é o de pombo correio do movimento de massas dentro do parlamento nem o de cartório de protestos, limitando-se às denúncias ou à votação de leis «mais justas».

Tanto o deputado como suas bases, tem um papel de direção política em relação ao movimento. Aproveitar o espaço aberto do MDB para estabelecer um vínculo indissolúvel com as massas através do MCV, dos sindicatos, etc. Mas não adianta só ficar fazendo discursos clamando as massas a se organizarem. O importante

é definirmos quais os passos imediatos que nos permitam colocar o movimento de massas na cena política contra a ditadura.

A definição desses passos exige discussão e formulação de um programa político. E aí que surgem as divergências e deficiências. Um dos primeiros passos a serem dados e a discussão em novas bases do programa político do candidato. É impossível de desenvolvê-lo sem levantar as variadas questões colocadas pelo movimento: fim da ditadura, constituinte, liberdade partidária, anistia etc. Além de questões centrais como a luta por melhores condições de vida e trabalho e contra a exploração capitalista.

Durante o processo de campanha, sentimos as possibilidades de influir com uma proposta política, mesmo que precária, no trabalho junto aos vários setores. Esta questão se torna mais presente diante de nossa vitória nas eleições. Além disso, as eleições de 78, ao contrário das de 74 configuram a presença nacional de uma corrente política coesa sobre as questões democráticas que interessam ao movimento popular. Deputados estaduais e federais ligados a essas posições foram bem eleitos em quase todos os Estados. Este potencial exige uma coesão orgânica e política capaz de ampliar ao máximo sua atuação.

A luta contra a ditadura não pode ser impulsionada simplesmente a partir dos sindicatos, associações de bairro etc. A inexperience e a falta de tradição na luta política das massas trabalhadoras no Brasil permite que a legalidade imposta realmente exerça autoridade sobre essas massas.

Nossa capacidade de levar adiante as tarefas que assumimos como tendência expressiva ao nível dos movimentos sociais exige a criação de formas mais adequadas e que mais nos aproximem desses movimentos em termos políticos. Isso não quer dizer que podemos, baseados nos nossos desejos e princípios, escolher o caminho. Esse caminho será condicionado pela conjuntura do país onde a referência principal e o nível de conscientização das massas e sua relação com o aparato do Estado.

Por isso a experiência da Convergência Socialista e das articulações do PS não estão se viabilizando em termos práticos. A crise por que passa o Movimento da Convergência Socialista não é fruto apenas da capacidade desarticuladora da ditadura, mas principalmente do baixo grau de consciência das massas ainda não permeáveis a questão do socialismo enquanto uma diretriz para a organização imediata.

Acreditamos que a alternativa mais correta, hoje, e aquela que Ailton Soares aponta no documento: «Contribuição para a formação de um novo partido de oposição».

Nossa proposta e portanto entrar no MDB e atuar dentro dele. A questão da sua depuração não pode ser entendida como simples expulsão dos adesistas.

Além da depuração já começou a ser feita pelas próprias massas que não reelegeram parte deles. O aspecto principal dessa depuração e a nossa capacidade de aproximar o partido do movimento. A filiação partidária, a criação e a disputa pelos diretórios distritais se enquadram nessa perspectiva.

Esta tarefa só será realizada na medida em que conseguirmos organizar uma frente política dentro do partido que se defina pelo combate consequente ao regime.

Vamos utilizar o espaço aberto e criar instrumentos para intervir dentro do MDB, buscando uma expressão social maior sobre as lutas do movimento.

So com a formação de um bloco parlamentar de esquerda, política e organicamente coesos dentro do MDB conseguiremos levar a todos os setores da sociedade uma alternativa geral que unifique o movimento operário e popular e faça questionar o atual estágio do poder.

- 3 — Propostas imediatas
- Retomada da discussão do programa na busca de uma unidade política mais sólida.
- Discutir e estruturar a tendência com base nesta unidade.
- Encaminhar a associação das bases do deputado no MDB e a «tomada» e criação dos diretórios nas nossas áreas prioritárias.

Partido Popular: o que é realmente decisivo?

política das camadas populares da sociedade brasileira.

A primeira articulação necessária tem que se dar ao nível do movimento socialista brasileiro. Este, atualmente, se expressa num grande número de iniciativas locais, muitas ainda de tipo pré-partidário.

Produtos de processos políticos extremamente diversificados, a sua unidade potencial se afirma num elenco reduzido de proposições gerais, sempre articulados, ainda que de maneira diversa, em torno de três questões básicas: a questão do socialismo, a questão da democracia e, finalmente, a questão do caráter popular do partido a ser criado.

A extrema diversidade dos processos sociais e políticos que geraram essas expressões locais de um movimento nacional afirma-se, por outro lado, numa considerável variação de proposições de tipo organizativo, concepções táticas diversas e eventualmente conflitantes, instrumentalização diversa, etc. Isso tudo traduz percepções diversas da conjuntura, das tarefas imediatas, dos passos necessários, das alianças a serem estabelecidas. Em resumo, traduz-se numa variação considerável de proposições no tocante aos passos a serem dados rumo ao desafio comum que é a unificação desse movimento socialista brasileiro tal qual se configura atualmente na sua dispersão.

Ponto de partida

Esta articulação é uma tarefa que cabe a todos, mas é conveniente não esquecer que exige uma condução política extremamente segura. E, para tanto, é fundamental que se parta do reconhecimento da especificidade de cada situação, e

do reconhecimento de que o ponto de partida deve ser o real que se configura tal qual foi apontado. Um partido popular que aponte efetivamente para o socialismo não pode ser um partido de coloração local, um partido provinciano, como sugeriu, por exemplo, o senhor Leonel Brizola, ao referir-se maliciosamente aos «socialistas de São Paulo».

Este futuro partido terá que ser de expressão nacional, pois é de amplitude nacional o processo histórico que exige a sua constituição, assim como é de caráter nacional o elenco de problemas que terá de enfrentar. Essa tarefa exige, pois, muita competência política, e isso deve traduzir-se no reconhecimento da legitimidade das diversas iniciativas locais e na criação de condições para que a articulação desse movimento socialista brasileiro se configure como um efetivo processo de produção do instrumento político que respeite os mecanismos democráticos que são uma constante das diversas proposições.

Essa articulação de tipo nacional deverá representar, pois, a resultante politicamente viável da totalização das diversas articulações locais. Porque a diversidade existente no plano nacional não é mais do que a reprodução ampliada no espaço nacional das variações que configuram a extrema heterogeneidade que **basca** produzir a sua unificação nos diversos planos locais.

Não há dúvida de que as variantes locais, no que diz respeito à história ou, simplesmente, à biografia dos participantes dessas iniciativas, têm, hoje, um peso considerável nas atuais resultantes políticas das articulações. E, com isso,

chega-se a uma conclusão que remete a uma outra questão, que me parece decisiva para a definição da configuração futura de qualquer partido que se pretenda popular, seja a sua sigla «PS», «PTB» ou, ainda, «MDB renovado».

Unificação

Paralelamente ao avanço do movimento socialista brasileiro verifica-se um outro processo que tem uma dimensão e uma importância consideravelmente maior, e que tem um papel determinante, a não ser que se acredite, ainda, que política é simplesmente uma seqüência de atos de vontade de homens superdotados.

Esse fenômeno determinante é a retomada do acesso da luta de massas das camadas populares. Conforme já se disse, a conjuntura politiza os movimentos sociais e, mais do que isso, os movimentos sociais apontam para a necessidade de sua unificação. E perfeitamente compreensível que não está ao alcance desses movimentos sociais produzirem a sua unificação, cuja expressão é insubstituivelmente política.

Ao apontarem para uma tarefa que ultrapassa sua possibilidade de resolução, os movimentos sociais indicam claramente a natureza especificamente política do instrumento necessário para o seu próprio avanço. Mas é bom não se deixar confundir. O fato de que a solução do problema político posto sobre a mesa pelos movimentos sociais ultrapasse a estes não significa que o caminho da resolução deste problema não passe pelo seu interior.

Eis aí o claro enigma, como diria o poeta. A unificação do movimento socialista só pode resultar na solução política qualitativamente aceitável se passar pela unificação dos movimentos sociais, sem que estes percam a sua identidade. Em outras palavras, a tarefa subjacente à articulação do movimento socialista — construir um partido efetivamente popular — só será viável se se concretizar em estrita consonância com o processo de unificação dos movimentos sociais.

Trata-se, pois, de duas articulações paralelas, de cuja interação vai depender a qualidade política do partido a ser criado. São duas realidades que se determinam mutuamente e, para aqueles que se propõem assumir a tarefa especificamente política de integrá-los, é fundamental não perder de vista a especificidade de cada qual.

E é aí que entra em cena um novo personagem que pouco tem sido consultado ou, até, considerado. Na medida em que o partido que se deseja construir deverá ser um instrumento de expressão e de organização das classes e camadas populares da sociedade brasileira, os líderes setoriais (os chamados «quadros intermediários») passam a deter uma importância central.

São elas que estão efetivamente inseridas nos diversos movimentos sociais, é a elas que caberá constituir, numa primeira etapa, as bases reais do futuro partido. Expressões do atual nível de organização e de luta dos movimentos sociais, o espaço político a ser ocupado pelo futuro partido deverá ser o seu espaço, o que significa que é a elas que deverá caber a parcela mais importante do exercício diário da condução política. E que não se argumente com o seu «despreparo» para o exercício de funções políticas de maior responsabilidade. O avanço dos movimentos sociais nega em parte esse tipo de objeção. E aquilo que essa objeção pode ter de acertado a resposta é fácil: a única maneira de se realizar o aprendizado político é no próprio exercício da atividade política.

Eis aí o caminho para recolocar a discussão nos seus devidos termos. O conteúdo do futuro partido popular passará necessariamente pela qualidade da integração das lideranças intermediárias na determinação do projeto em discussão. Há três tarefas concomitantes para aqueles que pensam coerentemente num partido popular: articular o movimento socialista brasileiro; reforçar a tendência unificadora no interior dos movimentos sociais e, finalmente, integrar esses dois processos sem perder de vista a especificidade de cada um deles.

István Jancsó

A questão da construção de um grande partido popular tende a ser falseada exatamente pelo processo que deveria produzir clareza a respeito daquilo que está em jogo. Com intensidade crescente discutem-se articulações políticas pouco mais que convencionais, deixando-se de lado questões de conteúdo. As opções que se cristalizam são cada vez mais siglas e cada vez menos conteúdos políticos profundos.

Para quem pensa esse processo a partir do reconhecimento da necessidade de um partido que seja socialista na sua proposição estratégica, democrático na sua configuração interna e na sua proposta de sociedade e, finalmente, popular na sua capacidade de organizar e expressar politicamente as classes e camadas despossuídas da sociedade, esse fenômeno é, no mínimo, alarmante. Afinal, não há como negar a existência de um movimento socialista brasileiro e, ao mesmo tempo, o crescimento de um amplo movimento social que se politiza rapidamente, justificando a necessidade histórica de um instrumento político-partidário que lhe confira a síntese política.

Articulação necessária

Num país de extensão continental como o Brasil, os fenômenos sociais são de extrema diversidade e, portanto, são de extrema diversidade os processos políticos que se gestam no seu interior. As siglas sempre tiveram uma importância muito relativa nesse país, onde tivemos PTBs regionais, como no caso da Bahia, bastante à direita do PSD ou pasmem, PSPs regionais, combativos e com real conteúdo popular, como no Pará. O perigo de se repetir o passado permanece hoje, desde que se pense na construção de um grande partido popular com base na articulação de lideranças políticas de tipo tradicional. Penso que essa articulação não é desimportante, mas estou convencido de que é muito pobre em si mesma. Na verdade, há outras articulações necessárias à espera de encaminhamento correto para que o partido resultante seja efetivamente um instrumento de organização

denúncia

Fique de olho nestas duas placas: BA-6048 e LT-2075.

«Ao Em Tempo: Esta carta pretende ser, muito mais que uma atitude de defesa, uma contribuição de denúncia às atitudes deste regime, diante de quem se opõe a ele. No nosso caso, desde nossa adolescência, tem sido essa a nossa prática. Filhos de trabalhadores, e assalariados também que somos, sempre estivemos na luta por melhores condições de vida e de trabalho. Luta contra a situação de miséria em que vive o nosso povo. Luta contra a exploração descarada contra os trabalhadores, obrigados que são a produzir cada vez mais, a enriquecer cada vez mais seus patrões, e a ganhar cada vez menos. A ter o mínimo possível para sustentar a sua força de trabalho, o arroz com feijão de todos os dias, para no dia seguinte poder rodar as máquinas, produzindo mais e mais, engordando os lucros das empresas estrangeiras e de seus aliados, os patrões brasileiros e o regime. Estamos convencidos de que, na luta por liberdades democráticas, a participação decidida, junto com nossos companheiros das fábricas e todo o povo, nas eleições, ajuda a fazer avançar as formas de luta e de organização do movimento popular, nos sindicatos, nos bairros, nos comitês eleitorais, nos movimentos pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita etc. Neste sentido, participamos das eleições de 1978, organizados na campanha dos candidatos Ronan Araújo e Edgar Amorim (MDB). A partir daí o regime constantemente nos tenta intimidar. Tivemos nossa casa visitada por misterioso «ladroão», que nada roubou e gastou todo o seu tempo em revistar gavetas. Temos recebido, nos locais de trabalho e casas de vizinhos, telefonemas que insistem em atualizar nosso endereço nos cadastros de firmas nas quais nunca compramos, ou em nos mandar «convites de formatura». Mais recentemente somos vigiados em casa e fotografados e seguidos até o local de trabalho. Para isso têm sido usados vários automóveis. Por exemplo, um Fiat cinza, do qual já podemos anotar duas placas diferentes: BA-6048 e LT-2075. Estas atitudes só vêm fortalecer em nós a disposição de luta. De nossa parte, continuamos firmes e decididos, empunhando as bandeiras de melhores condições de vida e de trabalho, por Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, por Liberdades Democráticas». Ana Lúcia e Salvio Pena—Belo Horizonte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo CEP: 05415.

Aparte

A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, E mais: solicita-se que os correspondentes na base de 70 toques por linha, dêem seus nomes e endereços completos.

COLEÇÃO

POLÊMICA 1

EUROCOMUNISMO X LENINISMO

A via italiana para o socialismo
Giorgio Arhendola

O que não pode mais perdurar no
Partido Comunista Francês
Louis Althusser

Dois passos adiante e dois atrás
Ernest Mandel

Uma Crítica da Ecologia Política
Hans-Magnus Enzensberger

Os Sindicatos na época da decadência imperialista
Leon Trotsky

A venda nas melhores livrarias.

JÁ SOFREU SEU ACIDENTE DE TRABALHO HOJE?

Um verdadeiro açougue em Ribeirão Pires, no ABC paulista. Mais de 60 mutilações por ano numa só fábrica metalúrgica, segundo denúncia do Sindicato.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e a Comissão de Direitos Humanos de São Paulo, estão denunciando «regime de escravidão e falta total de segurança», sofridos pelos operários da indústria SIME - Sociedade Industrial de Mecânica e Estamparia S.A., de Ribeirão Pires.

«É um verdadeiro açougue», comentou um dirigente sindical ao ter conhecimento dos 60 acidentes ocorridos, somente no ano passado. Inclusive o caso fatal de um operário, esmagado por uma prensa.

Este ano, embora o Hospital Ribeirão Pires não tenha divulgado, dados pela quantidade de mutilados da SIME que procuram o Sindicato o número de acidentes deve ser bem maior.

O Sindicato enviou uma carta protocolada ao De-

legado Regional do Trabalho, denunciando «as mínimas condições de higiene e segurança do trabalho» e as mutilações frequentes ocorridas «por culpa total da empresa», pedindo ao Delegado «interdição da firma». Até o momento, o Sindicato não recebeu nenhuma resposta da Delegacia Regional.

Pascoal Galdino da Silva, acidentado em maio e um entre as dezenas de mutilados - desse ano. Trabalhava com uma prensa de peças miúdas, que eram expulsas por meio de ar comprimido. Um dia, o compressor enguiçou e o encarregado o obrigou a retirar o material com um pedaço de chapa. Em dado momento, a chapa dobrou-se e a mão acompanhou, sendo esmagada. Pascoal perdeu todos os movimentos - sua mão nunca mais vai fechar.

Daniilo Anquimani



Jose dos Santos Barreto, contratado como ajudante, e colocado para trabalhar como prestista, completamente sem prática. Quando colocava uma peça na prensa, o pedal foi acionado, decepando-lhe três dedos: médio, índice e anular.

Jose Andrade Gomes trabalhou durante toda a noite. De manhã obrigaram-no a fazer horas-extras. Cansado, com sono, quando colocava uma peça na prensa, dançou. Perda: três dedos.



Um time da pesada. Todo dia, um cartaz enorme na entrada da fábrica, lhes deseja «bom dia ! bom trabalho!». Mas quem responde pelas mutilações que sofreram?

As viúvas da construção civil

Um edifício de sete andares desabou em Belo Horizonte. Na última laje estava o carpinteiro Gentil Ribeiro da Silva, um dos oitenta que morreram este ano na cidade vítimas de acidentes de trabalho na indústria da construção civil. Assim, cresce a cada dia o número das viúvas dos acidentados, enquanto as empreiteiras de engenharia limitam-se a dar vagas explicações, com a convivência das autoridades.

Do alto da barragem Santa Lucia, uma favela de Belo Horizonte, Miralda Cordeiro da Silva olha la para baixo. Rodeada por varios predios, ela so vê o monte de escombros. Foi ali que morreu o carpinteiro Gentil Ribeiro da Silva, seu marido ha cinco anos. Miralda e mais uma viuva da construção civil. Quase a octagesima deste ano. As estatísticas ainda nao sabem precisar bem o seu numero de ordem. Com 38 anos de idade e vinte de profissão Gentil, sucumbiu no alto da setima laje do edificio em construção, rua Zoroastro; no elegante bairro Santa Lucia, bem perto da favela onde vivia. As estruturas, nao suportaram a erosão do barranco, onde nao existia ainda um muro de arrimo.

Para Miralda, agora, so resta juntar-se as viuvas da Gameleira e as outras dezenas de mulheres a quem, anualmente, a construção civil rouba os maridos.

Enfrentar as filhas do Forum Lafaiete, de Belo Horizonte, na esperança de um dia receber uma justa indenização, enquanto a firma Engel Engenharia Ltda, como todas as demais, continua declarando que «foram utilizadas as mais modernas técnicas de engenharia», palavras de Evaldo Thibau, um dos responsáveis pela obra»

As 14 do dia 30 de novembro, um estrondo foi ouvido a mais de mil metros de distância e uma nuvem preta pôs em pânico os moradores de Santa Lucia. O edificio que veio abaixo empregava 12 operarios. A obra iniciada ha oito meses, estava sendo erguida junto a um barranco de sai-

bro, com cerca de 20 metros de altura, onde nao havia escoras nem muro de arrimo.

Omenas Soares Alkmin, o mestre de obras, conta: «O barranco caiu de uma vez, os pilares nao aguentaram. Estava todo mundo trabalhando. Cinco serventes embaixo, no porão, fazendo uma caixa d'agua, dois pedreiros no quinto andar; quatro carpinteiros, na ultima laje, fazendo a cobertura. O Gentil era carpinteiro, e foi eu quem tirei ele, ele morreu».

Gentil Ribeiro da Silva, que deixou filhos, era um dos onze filhos de uma familia de Conceição do Mato Dentro, que viera para Belo Horizonte em busca de melhores oportunidades. Um dos seus irmaos, João Ferreira da Silva, foi um dos cinco feridos e teve a clavícula e as costelas quebradas.

Irresponsabilidade

Na semana do acidente de Santa Lucia, realizou-se em elo Horizonte, o II Seminario de Saude Ocupacional. Falando durante o evento, o Diretor de Segurança e Medicina do trabalho, Manoel C. Barcelos, apontava os numeros: somente no ano passado ocorreram 4.500 acidentes de trabalho, em Belo Horizonte, sendo que a construção civil, lidera com 75 casos fatais. Para este ano, o numero de mortos no mesmo setor ja esta chegando em oitenta.

As primeiras conclusões no caso Santa Lucia indicam um erro primario de engenharia, conforme depoimentos de pedreiros e ate de engenheiros que presenciaram o ocorrido. Mas nada

acontece as firmas construtoras, conforme disse, desiludido, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belo Horizonte, Francisco Pizarro: «Fica tudo por isso mesmo, nesses casos, o mais comum e nao haver nenhum processo contra as empresas. A policia abre um inquerito. O Ministerio do Trabalho tambem e pronto. O maximo que pode acontecer e a construtora pagar alguma multa, se ficar comprovado que desrespeitou as normas de segurança do trabalho».

Pizarro lembra o caso do pavilhão de exposições da Gameleira, em que um dos responsáveis era o proprio governo do Estado. A tragedia, que em fevereiro completa sete anos, matou 60 operarios, deixou 72 feridos, dos quais muitos em estado de invalidez permanente, na completa miseria ate hoje. «E o que foi que aconteceu? Jogaram toda a culpa no calculista Joaquim Cardoso de Almeida, que chegou a ser preso por algum tempo. A Sergem, responsável pela obra, continua ganhando concorrências publicas. Hoje, por ironia, esta empresa esta construindo ate os predios do Palacio da Justiça e do Centro de Reabilitação Profissional, locais onde as vítimas vão demandar reparação judicial e reabilitação física».

Condições de trabalho

Em Belo Horizonte, o numero de operarios da construção civil chega aos 80 mil, dos quais 23 mil so sindicalizados. A media de salario de um operario considerado especializado e de Cr\$ 2.840,00 (representando uma minoria). Para maior parte do salario equivale a Cr\$ 8,00 por hora, nao chegando aos 2 mil cruzeiros mensais. As estatísticas do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil concluem ainda que essas quantias são utilizadas par a sustentação de familias com uma média e 7 pessoas. E e por aqui que Francisco Pizarro começa a apontar as causas dos acidentes, no seu setor.

«A maioria e de origem rural com baixo nivel

de instrução. A maior parte dos acidentes, no entanto, provocados pelas condições físicas e psicológicas da profissão, condições da vida precária e excesso de trabalho. A rotatividade impede a permanência do operário por mais de uma no na empresa. Impossibilitando-o ao mesmo tempo de gozar férias remuneradas. A obra acaba e ele tem que sair para outra. Nos temos operarios trabalhando a mais de vinte anos, sem tirar férias. Isso sem contar que, a maioria trabalha nos fins de semana, para compensar o baixo salario».

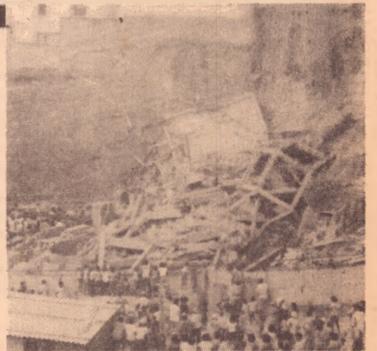
Embora suas criticas a politica de prevenção de acidentes do governo sejam pouco contundentes, sobre a questao de «conscientização» dos trabalhadores e empresarios, Francisco Pizarro se pergunta: Como conscientizar os trabalhadores que ja vão para o trabalho com a cabeça cheia de problemas? Eles trabalham preocupados com o salario que nao da para sustentar a familia; sobrevivem mal alimentados e com problemas de saude; enfrentam diariamente os transtornos dos transportes coletivos. A maior parte trabalha muito distante dos locais de trabalho, se utilizando de condução lotada, filas, ônibus estragado e tudo o mais».

Quanto as empresas a sua opinião e a de que as mesmas atendem o minimo possível as normas de segurança: «Elas podem ate fornecer botas, capacetes ou luvas. Mas o principal, o que põe em risco a vida do operario, elas nao atendem. São os andaimes feitos de tabuas velhas, sem materias de proteção: a falta de escoramento nos barrancos e sustentação firme das lajes».

E se a situação dos operarios e de suas familias, quando os mesmos estão trabalhando, já e das piores, a perspectivas, no caso de acidentes fatais ou invalidez permanente, e a de miseria total. Para esses casos, o INPS paga um seguro em torno de 30 mil cruzeiros e uma pensão equivalente a 70% do ultimo salario.

Estatística da mentira

As explicações dadas pelo diretor da Divisao de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministerio da Saude sobre os acidentes sao bem mais simples. Segundo ele, os acidentes ocorrem principalmente no setor de construção civil, devido a propria natureza da atividade e a pouca qualificação dos trabalhadores. Cottas Barcelos se mos-



Sob os escombros o corpo do carpinteiro

tra ate muito otimista com relação aos indices que, segundo ele, cairam de 14%, em 1975, para 9% em 77. Para este ano, concluindo que os numeros de acidentes de trabalho estão diminuindo, a perspectiva e de que cheguem a 7%.

As informações do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, no entanto, sao bem diferentes: «Esse ano, o setor devera contribuir com 42% dos casos. E contra os 75 casos fatais, ocorridos apenas em Belo Horizonte, no ano passado, ate agora nao ja registramos cerca de 70. Os indices de acidentes nao estão diminuindo. As empresas e que apressam os casos no INPS como acidentes de trabalho. O numero de informações e que esta diminuindo. Essa questao fica mais serria se observarmos que, no proprio codigo penal nao existe nenhuma clausula que responsabilize as empresas que nao cumprem as normas de segurança».

Também do lado da prevenção de acidentes, a coisa anda mal. Para fiscalizar o cumprimento das normas de segurança do trabalho, a delegacia do Ministerio do Trabalho, em Belo Horizonte, conta com 70 inspetores, e entre esses apenas 6 para as milhares de obras em andamento no setor de construção civil.

O que nao impede Cotta Barcelos de pensar que dirige o setor com bastante eficiência.

Sucursal de Belo Horizonte

J.J. Abdalla, profissão: grileiro.

Mais uma vez os lavradores da Fazenda Primavera, em Andradina, no Estado de São Paulo, estão ameaçados de perseguições e prejuizos por parte do latifundiário J.J. Abdalla, que se diz proprietário das terras onde eles vivem. No domingo, dia 12 de novembro, João Francisco de Souza, que chegou na região em 1967, recebeu um «comunicado oral» de dois empregados da fazenda, Cândido Leite e José Florencio, que deveria vender todo seu gado (cinco cavalos, quatro vacas, três novilhas e dois garrotes), dentro de 20 dias.

Como José Francisco de Souza, outros posseiros da região receberam o mesmo recado. Se eles não obedecerem o que acontecerá? Até agora para muitos dos posseiros, cerca de 300 familias, a represália por não cumprirem as ordens de J.J. Abdalla significa que suas cercas serão derrubadas e o gado do fazendeiro invadirá suas pequenas áreas, destruindo as plantações, causando sérios prejuizos, que vêm agravar a já difícil situação em que eles vivem.

João Francisco em 8 de junho de 78, através de uma declaração firmada por duas testemunhas, já denunciava que o gado de J.J. Abdalla havia invadido seu «arrendamento», destruindo 15 alqueires de roça de milho e dois alqueires de algodão «causando-me um prejuizo de Cr\$70 mil».

Como ele também Manoel Vieira da Silva, 22 anos naquelas terras também declarava invasão de terras pelo «proprietário» da Fazenda Primavera, em 7 de setembro deste ano. Também Lourenço Queiroz dos Santos sofreu prejuizos da ordem de Cr\$ 25 mil em agosto de 1975. Esses sao apenas exemplos porque a maioria dos posseiros sofrem perseguições violentas já há muitos anos.

Problema antigo

O problema dos posseiros da Fazenda Primavera é bem antigo. Em 1963, moravam lá aproximadamente 600 familias. Naquele ano tentava-se expulsá-los a toda força da região. Realizou-se então uma passeata na cidade e a situação foi resolvida de forma pacífica, com as familias permanecendo nas terras. No entanto, daquela data para cá, as perseguições aumentaram e só restam em torno de 300 familias. Alguns desses

lavradores chegaram à região no ano de 1937, quando começaram o desmatamento. No inicio, existia um contrato oral com a Fazenda Primavera e a partir de 56 começaram a surgir contratos por escrito para algumas familias. Nos últimos anos, no entanto, os contratos não foram sendo renovados, isso porque muitos lavradores que eram arrendatários não tinham nenhum recibo da fazenda e era muito comum pagarem muito mais do que deviam.

Lá, a vida dos posseiros é marcada pela extrema pobreza, muitos passando fome, quando existem terras para produzir. Cerca de 80% das casas são de pau a pique e os 20% restantes são de tábuas. O índice de analfabetismo é grande e o clima de insegurança aumenta, diante da dúvida quanto à sobrevivência.

A Comissão Pastoral da Terra da CNBB vem tentando gozar com que o Incra promovna na Fazenda Primavera (antiga Ribeirão do Moimho), com quatro mil alqueires, uma reforma agrária, para solucionar o problema das 300 familias. Mas J.J. Abdalla, segundo dizem, afirma ser o dono dessas terras. A gleba de 9.595,3 hectares, que a antiga fábrica Japy comprou em 1944 do coronel Joaquim Avelino da Silva, faz parte do processo de divisão judicial da Fazenda Ribeirão do Moimho, iniciado em 1941 por João Domingues da Silva, um dos adquirentes dos direitos de posse primária desde 1876, pertencentes à viuva Maria da Conceição Ribas.

Portanto, sem critérios definidos, J.J. Abdalla colocou os marcos de divisas onde quis, uma vez que ele adquiriu em 1948, a parte da indústria Japy. No entanto, o filho de Lourenço Queiroz dos Santos, Odair afirma que seu pai possui titulo de posse e que ja esta na região ha 34 anos.

História complicada

Todos os desmandos perseguições e pressões da fazenda contra os lavradores, como não podia deixar de ser, conta com apoio total do delegado de Andradina, Aercio Favaro. Não foi uma e nem duas vezes que as cercas dos lavradores foram derrubadas sob a proteção desse delegado e outros policiais armados de metralhadoras. Além

300 familias de posseiros ameaçadas de expulsão em Andradina, São Paulo. O latifundiário J.J. Abdalla diz que a Fazenda Primavera é dele e mancomunado com as autoridades locais poderá derrubar as cercas, invadir com o gado as pequenas propriedades e destruir plantações de gente que está na região desde 1937.

disso, o delegado chegou a invadir no dia 25 de junho de 78, a igreja Nossa Senhora das Graças, interrompendo a missa realizada pelo padre Jose Vanin Martins, cuja sermão baseado em São Mateus, apontava os problemas enfrentados por três pequenos lavradores que ficaram amedrontados com a ação policial na derrubada de cercas.

Estavam na igreja 250 pessoas. Conta o padre Vanin: do fundo da igreja ouvi o grito do delegado Aercio Favaro, dizendo aos fieis, este padre não e mais padre, e mentira o que ele esta dizendo... e criou um clima de tensão e medo generalizados, sendo que muitos dos fieis, se levantaram e foram embora, enquanto os demais assistidos, continuavam ouvindo as explicações do delegado que justificava a intervenção policial».

Depois do delegado ter sido acalmado um pouco, o padre que ia dar prosseguimento ao sermão foi novamente interrompido com o seguinte: «o senhor so vai rezar, se for para dizer mais uma palavra sobre o assunto o senhor nao reza aqui hoje». Diante da confusão criada e

diante da insistência dos fieis, diz o padre Vanin, suspendeu-se a missa. «Nos dias seguintes, o delegado procurou algumas pessoas que participaram da celebração para que fossem ate a delegacia para tomar depoimentos sobre o acontecido».

O delegado Aercio Favaro, todo poderoso na região, tambem e acusado de torturas de menores, espancamentos de presos, ameaças a vereadores do MDB, perseguição a jornalistas. Um dos casos mais escandalosos foi o da menor Maria Jose Fonseca, presa sob a acusação de estar envolvida com um grupo de traficantes de drogas. Ela foi espancada, fato comprovado pelo laudo medico do dr. Okubayashi, no dia 11 de setembro de 1978. O coronel Gilberto Moraes Pereira, coordenador do Serviço Técnico de Comunicações da Secretaria de Segurança Publica, em resposta as denúncias disse que tudo e «parte de uma conspiração de Antônio Jose do Carmo e Gessy Taborada da Costa -- do «Jornal da Região» -- visando antipatar as autoridades locais com a opinião publica. Mais que isso, uma tentativa de lançar

descredito sobre as autoridades constituídas, as vespulas da visita do presidente Ernesto Geisel aquela cidade». E o coronel prossegue na sua brilhante dedução: «o senhor Antonio Jose do Carmo, sobejamente conhecido em Andradina por suas tendências esquerdistas amplamente manifestadas, tem sido profundamente influenciado pelos ex-padres Vicente Vanin Martins, Jean Carlo e René Parents».

Romper o cerco

Além das constantes perseguições dos capangas da Fazenda Primavera, que conta com apoio total e absoluto da policia civil de Andradina, os posseiros da região enfrentam ainda outras condições adversas na defesa dos seus direitos: o prefeito da cidade e parente de J.J. Abdalla. O jornal da cidade, bem como as duas radios nao ousam enfrentar a situação ou por medo de represalias econômicas ou ainda porque possuem ligações de parentesco ou compadrismo com as «autoridades constituídas».

Além dessas dificuldades, ou seja, de todo mundo contra as justas reivindicações, os posseiros ainda tiveram muita dificuldade em conseguir advogado para defender os seus direitos. Em carta do dia 8 de outubro de 1978, vinte posseiros pediam que o advogado Borges devolvesse a quantia de Cr\$ 2 mil que cada um havia dado a ele, perfazendo um total de Cr\$ 40 mil. Até hoje os posseiros nao conseguiram o dinheiro de volta, porque o advogado nunca esta em casa ou no escritorio para recebê-los. Na carta, os posseiros descrevem as dificuldades que eles tiveram para juntar esse dinheiro, esperando que seus problemas fossem solucionados.

Apesar de todas essas dificuldades, os posseiros vêm se organizando nos ultimos três anos, seja através de declarações firmadas e com testemunhas, das arbitrariedades que sofrem, seja através do levantamento de todas os documentos existentes sobre a posse da terra. A partir de maio deste ano, o advogado Luiz Eduardo Greenhalg assumiu a causa e ja realizou quatro reuniões com os lavradores para discutir qual o melhor procedimento a ser dado ao processo.

Maria de Almeida

EM TEMPO